

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL

EMELI FERNANDA ODORCZIK

RACIONALIDADES PRODUTIVAS DE ASSENTADOS DE PASSOS MAIA – SC

Porto Alegre

2010

EMELI FERNANDA ODORCZIK

RACIONALIDADES PRODUTIVAS DE ASSENTADOS DE PASSOS MAIA – SC

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. Ivaldo Gehlen

Série PGDR – Dissertação n°

Porto Alegre

2010

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

|

Odorczyk, Emeli Fernanda
O26r Racionalidades produtivas de assentados de Passos Maia - SC / Emeli
Fernanda Odorczyk . – Porto Alegre, 2010.
104 f. : il.
Orientador: Ivaldo Gehlen.
(Série PGDR – Dissertação, n. 122).
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre, 2010.
1. Reforma agrária : Assentamento rural. 2. Sistema de produção :
Assentamento rural : Passos Maia (SC). 3. Agricultores : Sustentabilidade. I.
Gehlen, Ivaldo. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade
de Ciências Econômicas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Rural. III. Título.
CDU 332.24.012.3

EMELI FERNANDA ODORCZIK

RACIONALIDADES PRODUTIVAS DE ASSENTADOS DE PASSOS MAIA – SC

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 31 de maio de 2010.

Prof. Dr.IVALDO GEHLEN – Orientador

PGDR/UFRGS

Prof. Dr. LEONARDO XAVIER DA SILVA

PGDR/UFRGS

Prof. Dr. FÁBIO DE LIMA BECK

PGDR/UFRGS

Prof. Dr. MARIO RIEDL

UNISC/PPGDR

Cuidar para o Amor sempre prevalecer.

AGRADECIMENTOS

A finalização deste mestrado só se tornou possível graças ao auxílio e amizade de algumas pessoas. Fico feliz em poder dizer obrigada a todas estas, que são queridas e estimadas por mim.

Aos meus pais, Maximino e Amelia, meus exemplos mais belos de perseverança, de amor e respeito, e às minhas irmãs, Paola e Fernanda, obrigada pela amizade, pelo incentivo, por acreditarem em mim, por acrescentarem alegria em minha vida.

Aos assentados de Passos Maia, pela disposição, pela compreensão e carinho. Obrigada por me receberem em suas casas.

A todo o pessoal da COOPTRASC – Passos Maia, obrigada pela ajuda, por possibilitarem a realização desta pesquisa, em especial à Seliane Pierezan e ao José da Rocha Bueno.

Aos funcionários da EPAGRI, Leila, César e Silvana, pelos esclarecimentos.

Aos colegas do mestrado, que de uma forma ou outra, me ensinaram coisas novas, obrigada pelo convívio amigável com todos vocês.

Aos professores do PGDR, obrigada por compartilharem seus ensinamentos.

Aos funcionários do IEPE, pelos esclarecimentos e auxílio.

Ao CNPQ, pelo apoio financeiro que possibilitou a realização e conclusão deste mestrado.

Ao orientador Professor Dr. Ivaldo Gehlen, que com paciência direcionou minhas idéias. Obrigada pela compreensão, pela ajuda, pelas conversas.

Ao pensionato Santa Terezinha de Jesus, pelo lar seguro e agradável em Porto Alegre, a generosidade de vocês foi imprescindível para cursar o mestrado.

À Cleimary e Marcia, obrigada meninas, pela paciência no convívio de todo dia, pelas caminhadas no parque, pelas pipocas, risadas, manchetes, obrigada pela amizade e carinho.

Ao Eder, pelo apoio, por fazer meus dias ainda mais felizes, pela paciência e compreensão, obrigada por fazer parte da minha vida.

A Deus e todos os Seres da Luz, pela proteção, pelas oportunidades, pela ajuda.

RESUMO

A reforma agrária, como processo que busca dar acesso a posse da terra e aos meios de produção para os trabalhadores rurais que não a possuem, ou possuem em pequena quantidade, tem impacto não só no campo, mas na sociedade, na economia e na política. Há regiões em que causa alterações significativas, não apenas na qualidade de vida dos assentados, mas também no desenvolvimento da região em seu entorno. No entanto, há divergências de alguns segmentos da sociedade, que contrários a reforma agrária, insistem nos aspectos negativos de sua constituição, alegando improdutividade dos assentamentos, exigindo que as propriedades independentemente de seu tamanho e utilização, gerem lucros compatíveis a economia agrícola de mercado. Entretanto, para garantir qualidade de vida aos assentados, é necessário melhorias no setor econômico, ambiental e social, que não dependem apenas de agentes e fatores externos, dependem das escolhas e possibilidades de cada assentado, que assume papel fundamental na tomada de decisão e direcionamento de seu sistema produtivo. Este trabalho teve como principal objetivo estudar as racionalidades envolvidas nos sistemas produtivos de assentados, para compreender o que compõem estas racionalidades e se há influência nestas escolhas. A região estudada compreende os assentamentos do município de Passos Maia, em Santa Catarina. Para este trabalho, os assentados foram categorizados em três tipos, sendo entrevistados 10 assentados do tipo 1 - produção para comercialização; 10 assentados do tipo 2 - produção para subsistência; e 22 do tipo 3 - produção para comercialização e subsistência. Com o auxílio de roteiro semiestruturado foram realizadas 48 entrevistas (42 assentados e seis gestores locais). Utilizou-se de metodologia qualitativa (análise de discurso) e quantitativa para análise dos dados. Diferentes lógicas de relação com a agricultura, com a sociedade, com a terra e com o trabalho, levam a diferentes sistemas produtivos, que por vezes são modernizados, mas não por imposição da mediação e estas mudanças de sistema de produção não interferem nas relações de sociabilidade destes assentados. As motivações dos indivíduos para produzir estão relacionadas aos aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos, estando ligados ainda à finalidade da alimentação da família ou ao acréscimo de renda. Fato é que a intervenção fundiária provoca alterações profundas e definitivas na vida dos beneficiários e a reação destas pessoas a essa nova realidade se manifesta individualmente, sendo decisiva para o sucesso na nova vida. Assim, cada assentado, precisa, em algum momento, ser considerado individualmente.

Palavras-chave: Racionalidades. Sistemas produtivos. Reforma agrarian. Assentados.

ABSTRACT

Land reform, as a process which intends to give access to land possession and means of production to the rural workers who own little or no land at all, impacts not only in the field but also in society, economy and politics. There are regions in which it causes significant changes, not only in quality of life of the settled, but also in the development of the region and its surroundings. However, there are differences in some segments of society, which are opposed to land reform, that insist on the negative aspects of its constitution, claiming improductivity of the settlement, requiring that the properties irrespective of its size and use, generate profits compatible with the agricultural economy in market. To ensure quality of life to the settled, it is necessary to improve the economic, environmental and social sectors, which do not depend only on agents and external factors, but also on the choices and possibilities of each settled, which takes an important part in deciding and directing their productive system. This work aimed to study the rationalities involved in the productive systems of the settled, to understand what these rationalities are consisted of and whether there are influences on mediation and modernization in these choices. The studied area include the settlement of the city of Passos Maia, in Santa Catarina state. For this work, the settled were classified in the types, being interviewed ten settled workers in category 1 - production to marketing; ten settled workers in category 2 - Production for subsistence; and twenty-two in category 3 - production for marketing and subsistence. With the help of semi structured script, forty-eight interviews were carried out (forty-two settled workers and six local managers). For the data analysis, it was used qualitative (speech analysis) and quantitative methodology. Different relationship logics with agriculture, with society, with land and with work, lead to different productive systems, which are sometimes modernized, but not because of imposed mediation and these changes in production systems do not interfere in social relations of these settled. The motivation of these people to produce is related to the historical, social, cultural and economical aspects, being also connected to the focus on feeding their families or to the extra income. The truth is that the land intervention causes deep and permanent changes in the benefited lives and the reaction of these people to this new reality is expressed individually, being decisive for the success in the new life. This way, each settled needs, in some point, be considered individually.

Keywords: Rationalities. Productive systems. Land reform. Settled.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Área de pastagem, lote do assentamento Conquista dos Palmares, Passos Maia - SC.	17
Figura 2 – Área de pastagem, lote do assentamento 29 de Junho, Passos Maia - SC.	18
Figura 3 – Custos médios estimados para assentamento de uma família, por região do Brasil e modalidade de obtenção da terra (Em dólares americanos de 2005)	29
Figura 4 – Mapa da localização do município de Passos Maia	32
Figura 5 – Acampamento da Fazenda Ameixeira em 1995	33
Figura 6 – Horta de um lote do assentamento 13 de Junho, Passos Maia - SC	46
Figura 7 – Instalações de um lote do assentamento Conquista dos Palmares, Passos Maia - SC	48
Figura 8 – Estrebaria de um lote do assentamento Maria Rosa, Passos Maia - SC	49
Figura 9 – Distribuição do total das áreas próprias dos assentados em hectares	57
Figura 10 – Distribuição das áreas próprias - lotes assentamentos Passos Maia	57
Figura 11 – Total de renda per capita/ano e renda em salários mínimos/UTHf/ano	63
Figura 12 – Média das áreas agrícolas utilizadas em hectares	64
Quadro 1 – Ano de implantação dos assentamentos do município de Passos Maia, SC	30

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gênero dos entrevistados e dos responsáveis pela propriedade.	53
Tabela 2 – Tempo de trabalho dos responsáveis pela propriedade.	54
Tabela 3 – Porcentagem de filhos(as) residindo dentro e fora da UP	55
Tabela 4 – Porcentagem de filho(as) residindo no meio urbano ou rural.....	55
Tabela 5 – Principais atividades desenvolvidas nas propriedades.	59
Tabela 6 – Origem das sementes que utiliza na propriedade.	61
Tabela 7 – Uso de insumos agrícolas pelos assentados(as).....	61
Tabela 8 – Utilização de crédito rural.	64
Tabela 9 – Situação do pagamento do crédito:.....	65
Tabela 10 – Mudanças nos hábitos alimentares, de saúde, de vida comunitária e de relação de amizades com os vizinhos no assentamento.....	67
Tabela 11 – Participação em reuniões/encontros.	68
Tabela 12 – Melhorias no sistema produtivo no assentamento.	71
Tabela 13 – Influências nas modificações no sistema produtivo.	72
Tabela 14 – Assistência técnica antes de ser assentado.....	73
Tabela 15 – Recebe assistência técnica atualmente.....	73
Tabela 16 – Informações fornecidas pela assistência técnica.....	74
Tabela 17 – Escolha das atividades.	75
Tabela 18 – Melhoria na qualidade de vida.....	77
Tabela 19 – Foi assentado pelo MST/INCRA ou comprou a terra.	81

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATES - Assistência Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
COOPTRASC - Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina
EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PA - Projeto de Assentamento
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PIB - Produto Interno Bruto
PROCERA - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
PRONAF - Programa Nacional da Agricultura Familiar
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 HISTÓRIAS DO OESTE CATARINENSE	19
2.1 A COLONIZAÇÃO E SEUS CONFLITOS	19
2.2 DO DETRIMENTO AOS DIREITOS À LUTA PELA TERRA.....	24
2.3 FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS	27
2.4 METODOLOGIA.....	33
3 ATUALIDADE DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO.....	38
3.1 FORMAÇÃO SOCIAL E ECONOMICA DO OESTE CATARINENSE	40
3.2 FORMAS SOCIAIS NA AGRICULTURA.....	44
4 A DIVERSIDADE DE RACIONALIDADES	50
4.1 IDENTIFICAÇÃO FAMILIAR.....	52
4.2 PRÁTICAS PRODUTIVAS.....	56
4.3 RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE	66
4.4 A MEDIAÇÃO.....	71
4.5 QUALIDADE DE VIDA	76
5 DIFERENTES RACIONALIDADES PRODUTIVAS.....	79
5.1 RACIONALIDADES MODERNIZADORAS	84
5.2 INFLUÊNCIAS DA RACIONALIDADE NOS SISTEMAS PRODUTIVOS E NAS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE	86
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	90
APÊNDICE A – Formulário semiestruturado – Coleta de dados – Assentamentos Passos Maia	96

1 INTRODUÇÃO

No final do século XIX, o Oeste de Santa Catarina era povoado por sertanejos, indígenas e por outros habitantes do “sertão”. A vegetação era quase toda constituída por floresta sub-tropical, havia abundância de espécies, animais, plantas. Este cenário começa a mudar a partir da colonização, nas décadas de 1940 e 1950 mais intensamente, na era republicana, onde extensões de terra passam a ser o centro dos maiores conflitos, não importando o que seria feito da terra, mas sim quem iria “possuí-la”. A colonização abre espaço à agricultura de mercado, que acaba sendo o principal fator de eliminação da floresta nativa e de introdução de novos modos de vida, novas técnicas agrícolas, novos saberes.

Com a colonização, o abastecimento, antes realizado pelas culturas de subsistência, que eram responsabilidade dos “caboclos¹”, passa a ser feito pela colônia, dispensando essa força de trabalho, expulsando os caboclos para áreas de matas onde acabaram competindo, em condições desiguais, com a colonização oficial. Caboclos estes que se originaram com o deslocamento de indígenas subjugados, vindos principalmente da região das Missões no Rio Grande do Sul, e que entraram em contato com outras populações, se miscigenaram e passaram a conviver no mesmo espaço.

Sabe-se que a relação destes indivíduos com a terra possui uma lógica diferente das demais. Sua atividade econômica é geralmente agricultura de subsistência, considerada meio de reprodução biológica, social e cultural, produzindo valores de troca, usufruindo imediatamente de seus bens. Entretanto, com o avanço de novas técnicas na agricultura, com a “modernização²” dos sistemas produtivos, este modo de vida característico, acaba sendo a razão pela qual estes indivíduos passaram a ser estigmatizados, culpados por seu atraso e pobreza, situações vistas como resultado da sua incapacidade de adaptação ao meio de trabalho.

Não só os caboclos enfrentaram problemas relacionados a sua forma característica de produção. Descendentes de indígenas, da miscigenação dos povos presentes na região Sul,

¹ Conforme Gehlen (1998b, P. 121) “[...] o caboclo é o único tipo social resultante étnico, social, econômico e cultural do processo colonizatório. A identidade cabocla constrói-se pela sua experiência histórica e plasma um *modo de vida* particular, que caracteriza sua relação com o meio social, ambiental e cultura”. Torna-se difícil definir ou determinar as origens étnicas do caboclo. Normalmente é definido como resultado da miscigenação do branco com o índio.

² Neste trabalho será discutida a modernização dos sistemas produtivos; entendendo-se aqui por modernização a tendência de alguns agricultores a aceitar inovações, a introduzir novas técnicas em seus sistemas de produção, a buscar novas tecnologias relacionadas a insumos, sementes, implementos agrícolas, etc.

bem como imigrantes europeus, que não se adaptaram bem as novas condições de vida, são englobados nesta questão, onde seus sistemas produtivos tradicionais foram por vezes ignorados.

Este processo de marginalização, de exclusão de sistemas produtivos tradicionais do meio rural é uma das explicações da presença de descendentes destes grupos na formação de assentamentos, considerando que estes processos de marginalização acabaram mantendo-os sem direito a terra, entre outros aspectos fundamentais para uma vida com qualidade.

No Brasil, a questão agrária nem sempre teve reconhecimento como uma questão central e de importância para todos os setores da sociedade, foi sempre cercada de muitas contradições, enfrentamentos tensos e ações geralmente pouco efetivas. Esse desenvolvimento social não se tornou interesse das classes média e alta, a produção agrícola foi subordinada à lógica de expansão do capital. É difícil dissociar as ocupações de terra da intensificação da concentração fundiária, processos que se desenvolveram simultaneamente levando a este grande problema da reforma agrária, que hoje está na pauta tanto das discussões acadêmicas e de outros fóruns sociais quanto na orientação e nas ações de políticas públicas.

A intervenção fundiária, pelas ações de distribuição de terras, provoca alterações significativas na vida dos beneficiários. Estas pessoas migram, deixam de ser mandadas e passam a decidir seu próprio destino, produzindo por sua conta e risco, estabelecendo novas relações com organizações sociais e com outros indivíduos e a resposta a essa nova realidade é decisiva para a adaptação e o sucesso na nova vida, e se manifesta individualmente.

Outro fator que contribui para mais alterações no modo de vida destas famílias é a “modernização” da agricultura, modificando significativamente suas identidades, obrigando-os a estabelecer outras relações com o trabalho, com a família, com a produção, mercado, outras relações com a terra, com o espaço e com o tempo. Modernização esta que conta com a melhoria das técnicas de cultivo, com o desenvolvimento de novas técnicas e instrumentos de trabalho.

Antigamente, a agricultura tradicional era vista como antiquada e produto da ignorância dos cultivadores, que preferiam manter suas práticas tradicionais e não utilizar as inovações tecnológicas desenvolvidas pelos “povos cultos³”. Esta comparação entre as formas de agricultura, considerando a tradicional como antiquada acabou gerando conflitos de natureza étnica e cultural.

³ Os “povos cultos” têm como referência a agricultura européia, vista no século XIX como moderna e inovadora.

Ainda hoje, as diferenças culturais, de identidade e de racionalidades acabam refletindo no modo de vida dessas famílias. Contatos entre essas diferenças, por vezes geram conflitos, as mediações entre as diferentes identidades acabam sendo algumas vezes, uma relação de desconfiança, uma ameaça de fragmentação as culturas locais. Para alguns autores, o conflito tem sido a única forma de diálogo entre estes indivíduos e os demais atores coletivos.

Temos então a problemática desta pesquisa: esta alteração nas formas de vida, de relação com a terra, com instituições e demais agricultores, esta nova organização da produção, dos sistemas produtivos, entre tantos outros aspectos, são modificados a partir de quais racionalidades? Estas modificações sofrem alguma influencia da mediação? E as relações de sociabilidade, são a partir daí alteradas? A presença de agricultores com diferentes características em um contexto que teoricamente lhes proporciona condições iguais de trabalho, como ocorre em assentamentos de reforma agrária, possibilita ter uma visão das mais variadas situações da realidade da região.

O objetivo desta pesquisa é estudar as racionalidades envolvidas nas escolhas dos assentados quanto aos seus sistemas produtivos, verificando se a mediação influencia estas escolhas e se as alterações dos sistemas de produção resultam em alterações nas relações de sociabilidade entre estes indivíduos.

Para atender aos objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa exploratória, com o objetivo de familiarizar a pesquisadora com o objeto de pesquisa, avaliar os instrumentos de coleta de dados e verificar a relevância do problema empírico. Esta pesquisa contribuiu para a compreensão da problemática e da realidade dos assentamentos do município de Passos Maia, através de entrevistas com representantes da COOPTRASC, Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina, que prestam assistência técnica para os assentamentos e com alguns assentados deste município.

Passos Maia está localizado ao Oeste do estado de Santa Catarina, com aproximadamente 4.472 habitantes. Atualmente no município existem 14 assentamentos, com aproximadamente 380 famílias assentadas, o que o torna o segundo município do estado em número de famílias assentadas. A base econômica do município é a atividade madeireira, seguida das atividades agrícolas, com destaque à movimentação econômica proporcionada pelas atividades agrícolas desempenhadas nos assentamentos.

Este primeiro contato com o universo da pesquisa permitiu a composição da amostra baseada na observação, onde foi verificada a presença de três tipos principais de assentados, com características distintas e marcantes, características que são específicas a cada um como:

a forma da organização da produção, uso da terra, relações com instituições, conceitos, projetos de vida e de futuro, área da propriedade, as atividades produtivas (tipos de exploração pecuária e seus objetivos, tipos de exploração agrícola e seus objetivos); sendo a partir destas características categorizados em três tipos:

- Tipo 1: tem como principal característica a comercialização da maior parte da produção agrícola, são assentados que utilizam em grande escala insumos agrícolas e maquinários; estão dispostos a experimentar e adotar novas técnicas de trabalho; orientam seus sistemas produtivos para o lucro.
- Tipo 2: assentados que destinam a maior parte da produção agrícola para a subsistência; com baixa ou nenhuma utilização de insumos e máquinas; dificilmente alteram seus sistemas produtivos, com pouca participação em reuniões, encontros, associações; se orientam pela produção do necessário para o sustento da família e manejo dos animais da propriedade, vendendo ou trocando o pouco excedente da produção.
- Tipo 3: parte da produção agrícola voltada para a comercialização, parte para a subsistência, são agricultores em estado de transição de seus sistemas produtivos; adotam tanto técnicas tradicionais como modernas em seus sistemas de produção; produzem para a subsistência, vendendo o excedente, mas orientam-se com o objetivo de produzir cada vez mais, para assim poder comercializar mais produto e obter maiores lucros com a propriedade.

Após esta pré-categorização, técnicos da COOPTRASC forneceram uma lista com nomes dos assentados e através de visita a estes foi possível constatar se realmente o assentado se encaixavam em algum dos três tipos, sendo então selecionados os 42 assentados para realização da pesquisa. A entrevista foi realizada com auxílio de roteiro semi-estruturado com os 42 assentados e seis gestores locais (representantes da COOPTRASC, EPAGRI, prefeitura). A entrevista ocorreu com 10 assentados do tipo 1 (produção voltada para o mercado), 10 assentados do tipo 2 (produção voltada para a subsistência) e 22 assentados do tipo 3 (parte da produção para comercialização e parte para subsistência). A opção por um número maior de entrevistados do tipo 3 ocorreu porque estes apresentam características não definidas em seus sistemas produtivos, o que resulta em diferenças maiores e mais conflitantes.

A amostra selecionada por tipo é considerada qualitativa e a metodologia de pesquisa contou com a participação da pesquisadora em todas as suas etapas, o que possibilitou o processamento compreensivo e reflexivo das informações. As informações das entrevistas

com os gestores locais e dos assentados foram analisadas através da análise de discurso. Para a análise dos dados quantitativos, o processamento dos questionários dos assentados foi realizado com auxílio do programa SPSS.

As hipóteses de trabalho indicam: primeiro, que a intervenção⁴ da mediação⁵ atribui aos assentados práticas produtivas que expressam racionalidades modernizadoras. Segundo, que a alteração de um sistema produtivo tradicional para modernizado, modifica também as relações de sociabilidade dos assentados.

É importante compreender o que leva determinada família a reproduzir um sistema tradicional de produção ou adotar novos sistemas produtivos, podendo com isso colaborar com as intervenções dos agentes de assistência técnica e também na formulação de políticas específicas para cada lugar ou indivíduo.

As ações direcionadas aos assentamentos normalmente consideram apenas as tendências gerais, dados simplificados, entretanto cada beneficiário precisa, em algum momento, ser considerado individualmente. A importância dos aspectos microsociológicos geralmente é subestimada, quando a escala de organização dos dados é muito ampla, mas a maior parte do sucesso (ou fracasso) das ações públicas na criação de assentamentos só pode ser compreendida e explicada na escala local ou individual. (SPAROVEK et al., 2005).

A presença de diferentes sistemas produtivos é pouco considerada, entretanto, é a adoção por determinadas características que afirmam uma identidade resultante de um modo de vida particular que caracteriza sua relação com o meio social e ambiental e, portanto, com a reprodução da vida. Estudar as racionalidades envolvidas nestes sistemas de produção representa resgatar parte de nosso passado além de valorizar o rural como campo social complexo e diverso.

Neste trabalho, os princípios de racionalidade são explorados a partir das reflexões metodológicas de Weber, que utilizava como ponto de partida e unidade final de sua análise a pessoa individual. Os atores e suas decisões estão situados no conjunto das relações sociais, onde seu modo de agir é resultado de um processo acumulativo de sua história.

Para atender aos objetivos propostos, esta dissertação encontra-se com a seguinte estrutura: o primeiro capítulo trata da problemática da pesquisa, apresentando a história de ocupação da região escolhida, as populações excluídas deste processo e os conflitos gerados a partir daí, detendo-se ao final na temática da reforma agrária e conseqüente formação dos

⁴ Intervenção, neste contexto, significa as ações da assistência técnica que interferem e influenciam de alguma forma, as decisões e conseqüentemente os sistemas produtivos dos assentados.

⁵ Neste trabalho entende-se por “mediação” o trabalho de entidades que de alguma maneira prestam assistência técnica nos assentamentos.

assentamentos da região, expondo a caracterização do município de Passos Maia e de seus assentamentos.

O capítulo seguinte traz o referencial teórico-metodológico que trata sobre a atualidade dos sistemas produtivos, a evolução destes sistemas e as conseqüências desta evolução, os fatores sociais e econômicos que envolvem os sistemas produtivos e as formas sociais encontradas na agricultura local, demonstrando como os assentamentos reproduzem uma realidade que vai além do seu campo de abrangência.

No terceiro capítulo expomos o referencial sobre as racionalidades e suas diversidades, trazendo dados estatísticos, tabelas, gráficos, – os resultados –, a fim de apresentar contribuições e esclarecimentos sobre o foco da pesquisa.

O último capítulo apresentará os principais resultados obtidos durante a pesquisa e as discussões destes resultados com base no referencial teórico. Por fim, serão apresentadas as conclusões da pesquisa.



Figura 1 – Área de pastagem, lote do assentamento Conquista dos Palmares, Passos Maia, SC.

Fonte: Fotografia da autora (maio 2009).



Figura 2 – Área de pastagem, lote do assentamento 29 de Junho, Passos Maia, SC.

Fonte: Fotografia da autora (maio 2009).

2 HISTÓRIAS DO OESTE CATARINENSE

Este capítulo tem como objetivo retratar brevemente a história de ocupação da região oeste de Santa Catarina, ressaltando os conflitos gerados a partir da exclusão de populações do processo colonizatório, detendo-se ao final na temática da reforma agrária e conseqüente formação dos assentamentos da região, expondo a caracterização do município de Passos Maia e a metodologia da pesquisa.

2.1 A COLONIZAÇÃO E SEUS CONFLITOS

Para compreender melhor a realidade é importante compreender de que forma o passado influencia o presente e isso pode ser apurado através da história da região desde sua colonização.

A região Oeste de Santa Catarina, mais especificamente a região conhecida como Alto Uruguai, era ocupada em tempos imemoriais, por diferentes grupos indígenas (REIS, 1997), passaram por suas florestas padres jesuítas à partir de 1630, comandando migrações de índios guaranis em direção ao sul. Neste mesmo século, vieram também os bandeirantes, que segundo Bavaresco (2006), percorreram a região antes mesmo das demarcações definitivas dos limites territoriais entre Portugal e Espanha, “[...] utilizando-se dos 'Peabiru', caminho feito pelos indígenas, Ulrich Schmidel - militar alemão a serviço do Governo Pedro de Mendonça em Assunção - entre 1552 a 1553 teria cruzado o rio Peperi-Guaçu (limite entre Brasil e Argentina) nas imediações de São Miguel do Oeste e Palmitos” (BAVARESCO, 2006, p. 19).

No início do século XX, instalam-se na região as “fazendas de criar” e assim desenvolve-se o “tropicismo”. Esta atividade, segundo Reis (1997), foi importante no processo de povoamento do território sul brasileiro e para desenvolvê-la foi aberta uma estrada ligando os Campos de Guarapuava (PR) ao Estado de Rio Grande do Sul, surgindo ao longo do percurso, alguns novos povoados provenientes dos pontos de pouso instalados anteriormente.

Além deste modo de ocupação, a região também recebeu parte do excedente da população das fazendas de criar dos Campos de Palmas (PR), Erê, Irani e Lages (SC), que se estabeleceu nas áreas de pinheiros e matas. Outros vieram das fazendas do Rio Grande do Sul, ou foram afastados das terras que ocupavam, via de regra como posseiros, pela imigração européia [...]. Tratava-se de uma população auto-identificada como brasileira, sendo reconhecida como tal ou como "cabocla", dedicada à pequena lavoura de subsistência e à extração de erva-mate. (REIS, 1997, p. 5).

Woloszyn (2008) afirma que o Oeste Catarinense era habitado por comunidades nativas caingangues e choclengs, por alguns trabalhadores escravizados fugidos do Paraná e do Rio Grande do Sul e por luso-brasileiros que, por diversas razões, aqui haviam se estabelecido, e que da miscigenação desses grupos originou-se o caboclo da região.

Para Bavaresco (2006), o processo de colonização da região data do final da década de 1920, depois do tropeirismo ter aberto os primeiros caminhos e pontos de fixação populacional e após ser resolvida a questão dos limites com o Paraná e o fim da Guerra do Contestado. Porém, relata-se que “bem antes da colonização, algumas famílias de caboclos já habitavam a região, vivendo a seu modo rudimentar com características próprias”. (BAVARESCO, 2006, p. 12).

Ocorreram algumas disputas durante o processo de demarcação da região, entre elas a disputa pelo território entre Brasil e Argentina, que se deu em grande medida pelo interesse nas riquezas de araucárias e erva-mate. Para Bavaresco (2006, p. 20), “[...] se o ciclo do tropeirismo influenciou a ocupação dos campos, o ciclo da erva mate daria início à ocupação das matas do Oeste Catarinense”.

Apenas no final do século XIX, a questão entre Brasil e Argentina foi resolvida, e esta demora possibilitou ao governo brasileiro enviar à região, expedições com objetivo de expulsar os “gentios” – indivíduos considerados selvagens, que não haviam recebido a catequese –, e dar início ao povoamento, garantindo o domínio da região. Mais objetivamente, esta questão, conhecida como “Questão de Missiones” entre os argentinos e “Questão de Palmas” entre os brasileiros, resolveu-se em 1895, através do presidente dos Estados Unidos da América, Grover Cleveland.

Após a resolução do conflito entre Argentina e Brasil as demarcações do território catarinense passaram por mais uma disputa, agora entre os Estados de Santa Catarina e Paraná, este último alegando ser o descobridor e ocupante dos Campos de Palmas. Em 1904, após a disputa judicial, o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa a Santa Catarina e, em 1910, novamente, o Supremo Tribunal Federal confirmou a decisão anterior.

Em resumo, a riqueza da mata de araucárias, a abundância de erva-mate e os Campos de Palmas, ótimos para a criação de gado, moveram uma das mais acirradas disputas no Oeste Catarinense. A disputa com a Argentina demonstra a expansão territorial que ocorria no século XIX, e o longo período de disputa com o Paraná reflete a busca das riquezas naturais para o desenvolvimento econômico dos estados brasileiros. (BAVARESCO, 2006, p. 22).

Estas mesmas potencialidades – madeira, erva-mate e pastagens – despertaram a atenção de alguns empresários, que obtiveram junto ao governo concessões de terras para promover a colonização da região, havendo também, como dito anteriormente, o interesse do governo em garantir a posse definitiva das terras, utilizando as companhias colonizadoras – a grande maioria de empresários do Rio Grande do Sul –, para lotear as terras e promover a migração de grupos específicos: o colono-camponês de origem europeia.

Ocorre ainda, no início do século XX, a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, que trouxe mudanças para a região, “em especial, para a população cabocla”. (WOLOSZYN, 2008, p. 4). Esta obra tinha como objetivo a introdução e o desenvolvimento na região da economia mercantil, além de possibilitar, caso fosse preciso, o deslocamento de tropas para a região sul do país. Consta em alguns relatos, que em 1906, a construção do trecho catarinense da ferrovia foi autorizada à companhia construtora – propriedade de Percival Farquhar – foram destinados 15 (quinze) quilômetros para cada lado dos trilhos, da onde poderia explorar toda a madeira.

A doação de terras a companhias, entre elas a “Brazil Railway Company”, provocou em parte a expulsão dos caboclos da região, causando revolta entre esta população. Milhares destes indivíduos foram banidos, pois não possuíam os títulos das propriedades e sua produção não era orientada para o mercado, característica que os rebaixava ainda mais socialmente. Passaram então a viver em acampamentos ou redutos.

Além da expulsão pela doação de terras, havia o interesse em introduzir a economia mercantil e explorar exaustivamente as riquezas da região, e é este cenário que leva a eclosão da Guerra do Contestado entre os anos de 1912 e 1916, “dizimando em torno de vinte mil caboclos” (WOLOSZYN, 2008, p. 5).

O confronto da Guerra do Contestado representou a luta pelo território e a oposição ao capital internacional, mas, segundo Woloszyn (2008, p. 5), foi também, “essencial para impor um novo padrão de acumulação sócio-econômico-política na região, baseado na apropriação privada da terra, na produção mercantil, na acumulação de capitais”. A região antes habitada

por caboclos passa a ter uma economia essencialmente mercantil, atendendo à lógica do acúmulo de capital.

A partir de 1920, com o fim da Guerra do Contestado, encerram-se as disputas sobre a região e inicia-se o processo de ocupação por imigrantes europeus ou seus descendentes, que eram reconhecidos como “colonos”, “colonos-camponeses”. Neste contexto “o governo republicano alegava a necessidade de enfrentar as mazelas que afetavam o país, entre as quais estaria o sertão e sua gente vivendo em completo atraso. Por isso era preciso modernizar, tanto no seu modo de ser quanto no de trabalhar (CHITOLINA, 2009, p. 3).

Os colonos-camponeses, em geral, e os italianos, em particular, já orientavam, em grau crescente, a produção agrícola e artesanal para a mercantilização. Portanto, eles viam o caboclo como sujeito atrasado ou degenerado, pois a lógica mercantil pressupõe como única forma de viver, a direcionada à acumulação de bens. (WOLOSZYN, 2008, p. 6).

A colonização da região ocorre ainda, devido à expansão da área agrícola do Rio Grande do Sul. As migrações para a região representavam para as empresas lucros com o comércio e para os colonos imigrantes o sonho de terem sua própria terra. Foi expressiva a ocupação rio-grandense em Santa Catarina a partir das primeiras décadas do século XX. Chitolina (2009) relata que dos 131.132 migrantes nascidos no Rio Grande do Sul, 76.394 estavam em Santa Catarina, expressando 58% do total, a partir de 1940.

É desta forma que a imensa área antes coberta com mata nativa, aos poucos deu lugar à produção agrícola. As famílias que migravam do Rio Grande do Sul possuíam experiência na agricultura, e logo abriram roças e deram início a produção de cereais, baseados, a princípio, numa produção de subsistência.

Assim, com a colonização do Oeste Catarinense, foi inevitável o confronto cultural entre os colonos e os caboclos/nativos. A presença destes foi ignorada, e a sua economia de subsistência, que se mantinha longe do esperado pelos colonos e sua economia mercantilista foi um dos principais fatores que os levaram a este confronto.

Para os caboclos, a terra possuía valor de uso, não de comércio. De acordo com Bavaresco (2006, p. 6) este grupo “[...] levava um modo de vida rudimentar, vivendo em pequenos ranchos, feitos de troncos de árvores e cobertos com capim ou tabuinhas. Também possuíam pequenas roças de subsistência, e criavam alguns animais soltos como, galinhas, porcos e algumas cabeças de gado”. Mudavam de um lugar para outro com frequência. As

atividades desempenhadas por eles não exigiam constante permanência no local, o que explica seus deslocamentos, tornando-os também conhecidos por *andarilhos do mato*. A mata assegurava sua alimentação pela pesca e coleta, e ainda oferecia condições para atividades agrícolas, considerando o limitado desenvolvimento técnico de sua produção, “apoiada, sobretudo, no uso do fogo, para o desmatamento, que também tinha função fertilizante [cinzas] e limitadora do desenvolvimento de ervas daninhas” (WOLOSZYN, 2008, p. 3).

Essa técnica agrícola de derrubada e queimada, denominada, também, de ‘coivara’, era praticada tradicionalmente pelas populações horticultoras tupi-guaranis, de quem os caboclos tomaram de empréstimo. Além do cultivo do feijão, do amendoim, do arroz, sobretudo a mandioca e o milho tinham lugar de destaque na horticultura cabocla. Entretanto, é indispensável não extremar o caráter autárquico dos caboclos, registrando a existência de vínculos comerciais dos mesmos, como as ‘*bodegas*’, onde trocavam, nesses pequenos estabelecimentos comerciais, de produtos agrícolas como o fumo, o milho, o feijão, a erva- mate, etc. por sal, bebidas, querosene, pólvora, instrumento de trabalho, etc. (WOLOSZYN, 2008, p. 3).

Fica claro que os caboclos se dedicavam a atividades produtivas de subsistência, vendendo e/ou trocando o excedente da produção, viam o trabalho como forma de garantir a sobrevivência. Entretanto, os “colonos¹” trouxeram consigo sua cultura e valores da sociedade mercantilista, centravam-se na produção excedente de bens e seu trabalho era voltado ao acúmulo de riquezas, o que fez serem vistos como superiores. O confronto cultural foi inevitável, já que as percepções de mundo e de vida eram muito diferentes.

Desta forma, os dois modos de vida entram em choque. Os caboclos não mantinham simpatia pelos colonos, “frequentar a escola, (quando havia), o caboclo rejeitava, porque o mestre era alemão ou italiano”. (BAVARESCO, 2006, p. 9). Para os colonos, havia preocupação para “evitar a fusão com os nativos, para que não ocorresse o acaboclamento dos europeus” (BAVARESCO, 2006, p. 9), a aquisição de terras, de bens, era fruto do trabalho, valores que se chocavam com o modo de vida do caboclo, que não tinha a posse da terra e vivia de maneira muito diferente dos colonos.

O objetivo dos colonos era ocupar áreas “desabitadas”, mesmo que isto custasse a expulsão dos caboclos, para então organizar uma economia que produzisse boa parte do que

¹ Para Seyferth (1990), a área rural de um município é chamada de colônia e seus habitantes são os colonos, categoria que sobreviveu ao longo do tempo e que designa também o camponês. Os colonos são resultado do processo de colonização com imigrantes.

era consumido e inserir-se no circuito mercantil local, regional e até nacional no caso da madeira, e neste processo, aprofundava-se a implantação da lógica mercantil-capitalista.

2.2 DO DETRIMENTO AOS DIREITOS À LUTA PELA TERRA

Com a introdução desse novo estilo de vida – voltado ao acúmulo de bens, de capital, mercantilista – as técnicas agrícolas passaram por “melhorias”. Bavaresco (2006, p. 13) relata que “a implantação de novas técnicas na produção como: sementes selecionadas, agrotóxicos, adubos químicos, máquinas para plantio e colheita acarretou a decadência da agricultura tradicional”.

No início da colonização, o sistema agrícola utilizado pelos colonos era muito primitivo, consistia em queimar a mata, cultivar a clareira por alguns anos e depois deixá-la em repouso, passando a derrubar uma nova área de mata para utilizar da mesma forma. Este sistema acarretou um desgaste rápido do solo, levando ao empobrecimento da área rural. Neste mesmo período, a pequena propriedade era voltada a produção auto-suficiente. Entretanto “[...] o processo de expansão da atividade suinícola refletiu na produção de milho, alimento básico para suinocultura, que exigiu um aumento na área plantada; conseqüentemente, um aumento de arroteamento na propriedade”. (BAVARESCO, 2006, p. 14).

O choque entre dois modos de vida desencadeou um processo distinto de produção que afastou imigrantes e caboclos. A diversidade étnica e cultural foi fator preponderante para impulsionar o desenvolvimento regional, porém a dificuldade de socialização do conhecimento no início e durante o processo de colonização exhibe seus reflexos atualmente.

Os colonos tiveram possibilidade de novos investimentos, com a vantagem de adquirirem terras férteis a baixo custo, além de poderem explorar imensas florestas com árvores de grande valor no mercado, o que facilitou o investimento em novos negócios como alambiques, casas comerciais e madeireiras. Os caboclos, expulsos após a chegada dos colonos, continuaram marginalizados e explorados, mesmo sendo bons profissionais lhes cabia as menores remunerações, principal mão-de-obra das serrarias, peões nas propriedades dos migrantes rio-grandenses, atividades que não lhes permitiu se capitalizar.

Atualmente, os reflexos dessa situação podem ser percebidos. “Os descendentes de imigrantes tiveram acesso à terra e se capitalizaram, comprando novas terras ou investindo em

atividades comerciais e industriais. O caboclo, porém, foi expropriado, explorado e vive atualmente à margem da sociedade, habitando nas periferias das cidades, trabalhando em subempregos e tendo, ainda, as menores remunerações” (WOLOSZYN, 2008, p. 18).

As transformações observadas na agricultura da região Sul, as diferentes orientações de sistemas produtivos e suas conseqüências tal qual a expulsão e exclusão dos povos nativos da região, fez com que muitos destes fossem obrigados a lutar pela terra novamente, sendo a reforma agrária uma nova maneira de obter seu ‘pedaço de chão’ outra vez. Desta forma as lutas sociais (principalmente pela terra), se revelam como um caminho de superação do estigma que marginaliza indivíduos no campo dos não-cidadãos. (GEHLEN, 1998b).

As lutas sociais agrárias contam com a presença marcante de caboclos, bem como de descendentes de indígenas, quilombolas, e alguns grupos de imigrantes europeus que foram marginalizados, presença esta marcante estatisticamente e culturalmente, “[...] pois além de formar uma espécie de *capital primitivo* de acumulação de uma *cultura* de lutas, imprime marca e sustentação política às atuais, particularmente a luta pela terra, nas quais se engaja por sua cidadania e por sua inclusão sociopolítica”. (GEHLEN, 1998b, p. 121).

Neste campo de lutas dos agricultores familiares, estes indivíduos aliam-se

[...], não sem tensões, a outras identidades e a projetos globalizantes, na medida que vislumbra alternativas que garantam, no mínimo, sua sobrevivência e reprodução social. Por isso, resgatar sua identidade e sua histórica presença no social em formação é reconstruir parte do processo de construção e de afirmação da sociedade brasileira. Possibilita o resgate de parte de nosso presente pelo passado; pois ele é uma das *faces ocultas* do Brasil miscigenado, negado, excluído e afirmado; é um dos *espelhos* das contradições deste mesmo Brasil, por vezes condensadas numa fazenda do século XIX, outras vezes numa *colônia* da transição do século e tantas vezes nos acampamentos de Sem Terra, nestas décadas de modernidade limiares do ano 2.000. (GEHLEN, 1998b, p. 121, grifo do autor).

Em geral no Brasil, a estrutura fundiária originou-se atrelada ao latifúndio, a grande propriedade. Em 1964 o Estatuto da Terra, foi a primeira lei a focar a função social da propriedade e a prever a desapropriação de terras improdutivas.

No Brasil, a promoção do desenvolvimento rural inclui a redução da miséria no campo, sendo a reforma agrária vista como uma alternativa de desenvolvimento rural geradora de renda e emprego para os trabalhadores rurais.

A reforma agrária, de acordo com Ranieri (2003), é um termo utilizado para descrever uma série de ações que têm como base a reordenação fundiária como mecanismo de acesso à

terra e aos meios de produção agrícola aos trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Para este mesmo autor, seu significado depende do ponto de vista que se tem em foco, o qual está relacionado ao grupo de interesse representado. O processo de Reforma Agrária é de atribuição exclusiva da União, podendo algumas partes do processo serem repassadas para outros entes federativos (estados e municípios).

De acordo com o INCRA, de 1995 a 1999 foram assentadas 372.866 famílias, sendo o governo brasileiro quem mais investiu em projetos de reforma agrária mundialmente (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 1999), demonstrando assim a importância da reforma agrária para o país. Nos últimos anos, vários estudos sobre os sistemas de produção, a qualidade de vida, os sucessos e insucessos dos projetos de assentamentos têm sido feitos (RANIERI, 2003).

Este fato recente, mas expressivo, das políticas de reforma agrária, ainda é desconhecido para muitos. “Apesar do expressivo conjunto de pesquisas realizadas, tanto de caráter censitário como de estudos de caso, não existe uma série histórica de dados que permita captar o desenvolvimento de situações tão dinâmicas e complexas como são as que caracterizam os assentamentos de reforma agrária” (SPAROVEK et al., 2005, p. 5).

O que se tem claro, é que a posse da terra e o acesso a recursos para implantação de atividades produtivas são insuficientes para garantir a permanência destas famílias na atividade rural. O grande desafio das famílias assentadas é administrar a unidade produtiva (LIMA et al., 1995) desde a ocupação do solo até a comercialização, buscando a sustentabilidade do sistema, gerando recursos suficientes à sua sobrevivência e ao pagamento das dívidas contraídas (ROSA et al., 2008).

Os agricultores familiares rurais representam uma importante fonte de conhecimentos agrícolas práticos. A extensão de conhecimento em uma atividade agrícola particular normalmente está relacionada ao grau de dependência econômica da sociedade àquela atividade econômica. Assim, as comunidades que dependem da agricultura, como os assentados, comunidades indígenas e pequenos produtores rurais são excelentes fontes de conhecimentos sobre raças, métodos de produção e doenças. (TOMICICH et. all., 2004).

O termo reforma agrária geralmente é usado referindo-se a uma intervenção estatal com a finalidade de reorganizar o espaço rural, que inclui tanto a redistribuição da terra quanto a garantia de melhores condições de vida para as famílias assentadas. A reforma agrária é um tema amplo e complexo. Para Sparovek et al. (2005, p. 11) “[...] qualquer tentativa de simplificação, generalização, defesa, ou desqualificação completa ou

incondicional, certamente tem como origem a predisposição (ou preconceito) do seu interlocutor ou a insuficiência de informações que levaram à formulação das idéias”.

Para Marques (2007, p. 11), a “[...] influência exercida pelos movimentos sociais pela reforma agrária na sociedade e nas decisões governamentais tem contribuído para colocar na agenda política a necessidade de superação de uma visão restrita dessa reforma, fundada apenas na distribuição de terras e em medidas sociais compensatórias”.

Essa visão restrita sobre a reforma agrária agrava-se através dos meios de comunicação, que tratam o assunto de maneira superficial, sensacionalista e defendendo suas próprias posições, ao invés de dar maior destaque a vida das mais de 550 mil famílias que, em algum momento e de alguma forma, tiveram suas vidas redirecionadas pela criação dos assentamentos. (SPAROVEK, 2003).

Nas questões relacionadas à reforma agrária – “lutas sociais e o papel político dos setores sociais interessados em alterar o padrão de propriedade da terra no Brasil” – destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (NAVARRO, 1997, p. 86). Movimento este que surpreendeu a sociedade, “[...] organizado no início dos anos 80, a partir dos três estados do sul, foi capaz de ampliar a sua capilaridade social, desenvolver metodologias de organização interna, interferir em políticas públicas, multiplicar a sua face mais conhecida (as ocupações de terra e os assentamentos rurais)” (NAVARRO, 1997, p. 86). A partir da prática da reforma agrária, começam a surgir os assentamentos por todo o país.

2.3 FORMAÇÃO DOS ASSENTAMENTOS

O termo assentamento apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico, no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960 (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2006a, p 1), se difundindo para outros países, inclusive o Brasil. De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola por meio de políticas governamentais, visando ao reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2006b). O significado do termo remete também à disponibilidade de condições adequadas que permitam a fixação do trabalhador na agricultura. “De forma geral, o assentamento apresenta desempenho superior ao que o imóvel possuía antes da

desapropriação e acompanha os padrões médios de produtividade da região onde se insere” (SPAROVEK et al., 2005, p. 6).

As ações de constituição dos assentamentos são parte integrante da política pública nacional, partem do âmbito federal para o municipal, com serviços e iniciativas públicas e não governamentais. O processo de criação do Projeto de Assentamento (PA) se inicia com a imissão de posse do INCRA e/ou com a destinação de terras públicas na posse do imóvel, com indicativo da capacidade de famílias a serem assentadas. Após isso, a área será destinada ao programa de reforma agrária e após a aprovação formal, os candidatos beneficiados serão inseridos na relação de beneficiários que conterà os dados do projeto, data da homologação e assinatura dos responsáveis do INCRA.

A instrução normativa – INCRA n° 15 de março de 2004 veio dispor sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária, onde:

Os §§ 3º, 4º e 5º estabelecem que seja celebrado um contrato de concessão de uso entre os assentados e o INCRA; que os créditos na modalidade de apoio à instalação e aquisição de material de construção serão concedidos individualmente e aplicados de forma coletiva (com consulta aos assentados) e, que os serviços das ATES² deverão estar disponibilizados logo após a instalação da família na área, visando proporcionar a troca de informações e experiências, conhecimentos tecnológicos de cunho social e econômico. (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2006b, p. 34).

Os assentamentos rurais são áreas que pertencem ao INCRA e os assentados possuem uma concessão de uso da terra, esta concessão acaba somente quando eles adquirem o título de posse e efetivamente quitam todas as parcelas de pagamento.

A questão do custo de implantação dos assentamentos é comum nos debates sobre a reforma agrária e na análise da sua eficiência. Apenas para se ter uma idéia geral do que se gasta para realizar o assentamento de uma família, apresentamos o gráfico abaixo (Figura 3), resultado de um estudo de Marques (2007).

² ATES – Assistência Técnica Social e Ambiental à reforma agrária, que nos assentamentos de Santa Catarina é realizada pela COOPTRASC, visando auxiliar o assentado quanto aos aspectos econômicos, sociais e ambientais da sua propriedade.

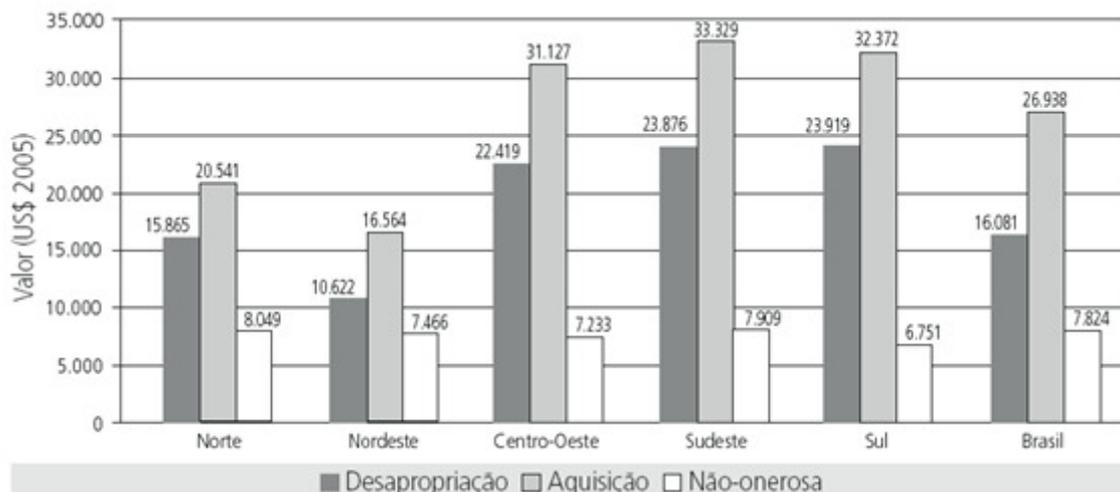


Figura 3 – Custos médios estimados para assentamento de uma família, por região do Brasil e modalidade de obtenção da terra. (Em dólares americanos de 2005).

Fonte: Marques (2007, p. 72).

Quanto à organização territorial do assentamento, serviços de medição e demarcação topográfica deverão ocorrer logo após a sua definição ou posterior à aprovação do Plano de Desenvolvimento do Assentamento³ (PDA). Essas atividades deverão ser acompanhadas e fiscalizadas de acordo com as normas técnicas vigentes, e seu produto deverá ser cadastrado junto ao Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2006a, p. 34).

O artigo 8º (da instrução normativa – INCRA nº 15 de março de 2004) define que o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) visa atender as famílias beneficiadas pela reforma agrária, financiando as primeiras atividades de investimento e custeio, observando o PDA elaborado a fim de estruturar a unidade familiar dos assentados de modo a inseri-los nos mercados locais e regionais (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2006a, p. 34).

No Estado de Santa Catarina, os assentamentos compreendem ao todo uma área de 69.198,6958ha (área oficial do INCRA) (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2006a). Estes assentamentos estão concentrados, principalmente, na região centro-oeste do Estado, e compõe, aproximadamente, um número de 4.325 famílias (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2006b).

³ O PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento foi realizado pelo INCRA, através da ATES com objetivo de diagnosticar a área do assentamento quanto ao meio natural, meio biótico, meio sócio-econômico, etc.

Os assentamentos de SC se originam principalmente de três grandes ocupações de terra. A primeira ocorreu no município de Abelardo Luz, na fazenda Papuan, em 1985. Esta ocupação deu origem a vários projetos de assentamentos, entre eles o Sapateiro I e Sapateiro II no município de Passos Maia. O ano em que cada assentamento surgiu está demonstrado no Quadro 1.

Assentamento /Ano	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
29 de Junho •														
Zumbi dos Palmares•														
20 de Novembro •														
Conquista HorizonteΔ														
União do Oeste														
Taborda														
Sapateiro I *														
Sapateiro II *														
Madre Cristina Δ														
Conquita PalmaresΔ•														
Maria Rosa •														
13 de Junho														
Quiguay														
Che Guevara														

Quadro 1 - Ano de implantação dos assentamentos.

Fonte: Adaptada de Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (2006a).

Nota: Assentamentos compostos por: famílias ocupantes da área; famílias transferidas diretamente da ocupação da área e/ou; famílias transferidas por permuta da ocupação da área – (*) Fazenda Papuan, Abelardo Luz, 25 de Maio de 1985; (Δ) Fazenda Ameixeira, Passos Maia, 1995; (•) Fazenda Dissenha S.A. Indústria e Comércio, em Abelardo Luz, no ano 1997.

Passos Maia

O município de Passos Maia, de acordo com o governo de Santa Catarina, tem área de 614 Km², população de aproximadamente 4.472 habitantes (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008), e está localizado na região Oeste do Estado de Santa Catarina, a uma latitude 26°46'48" sul e a uma longitude 52°03'34" oeste, a 800m acima do nível do mar, em clima mesotérmico úmido, distando 512km de Florianópolis, capital do estado (Figura 4). Passos Maia limita-se ao Oeste com os municípios de Vargeão e Abelardo Luz, ao Norte com Palmas/PR, ao Sul com Ponte Serrada e a Leste com Água Doce

(INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA; COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DA REFORMA AGRÁRIA DE SANTA CATARINA, 2005).

Na década de 1940, gaúchos e paranaenses descendentes de imigrantes italianos chegaram às terras de Passos Maia, os colonizadores vieram atraídos pela madeira abundante. O município, que antigamente chamava-se Bebedouro devido ao lajeado que servia de bebedouro aos animais e de pousada para os tropeiros (VITERITTE; PEDRO, 2004) foi desmembrado de Ponte Serrada e emancipado através da Lei nº 8.480 em 12 de Dezembro de 1991 (SANTA CATARINA, 1991). A população do município é formada por caboclos, indígenas, imigrantes e seus descendentes, principalmente italianos.

Atualmente, a extração da madeira é a base econômica do município, porém a derrubada desordenada das matas trouxe uma crise para o setor, ocasionando uma política de reflorestamento na região. O setor madeireiro é responsável por metade dos empregos de Passos Maia, que tem como segundo filão econômico a agropecuária, com destaque para o cultivo de milho e a criação de aves e de suínos. (SANTA CATARINA, 2008).

A existência de grandes áreas não utilizadas atraiu muitas pessoas para o município de Passos Maia, onde por diversas vezes sem terras ligados ao MST acamparam em áreas que não cumpriam sua função social, para reivindicar a desapropriação destas para fins de reforma agrária. As primeiras famílias foram assentadas pelo INCRA em 1987, no atual assentamento Sapateiro I (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA; COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DA REFORMA AGRÁRIA DE SANTA CATARINA, 2005).

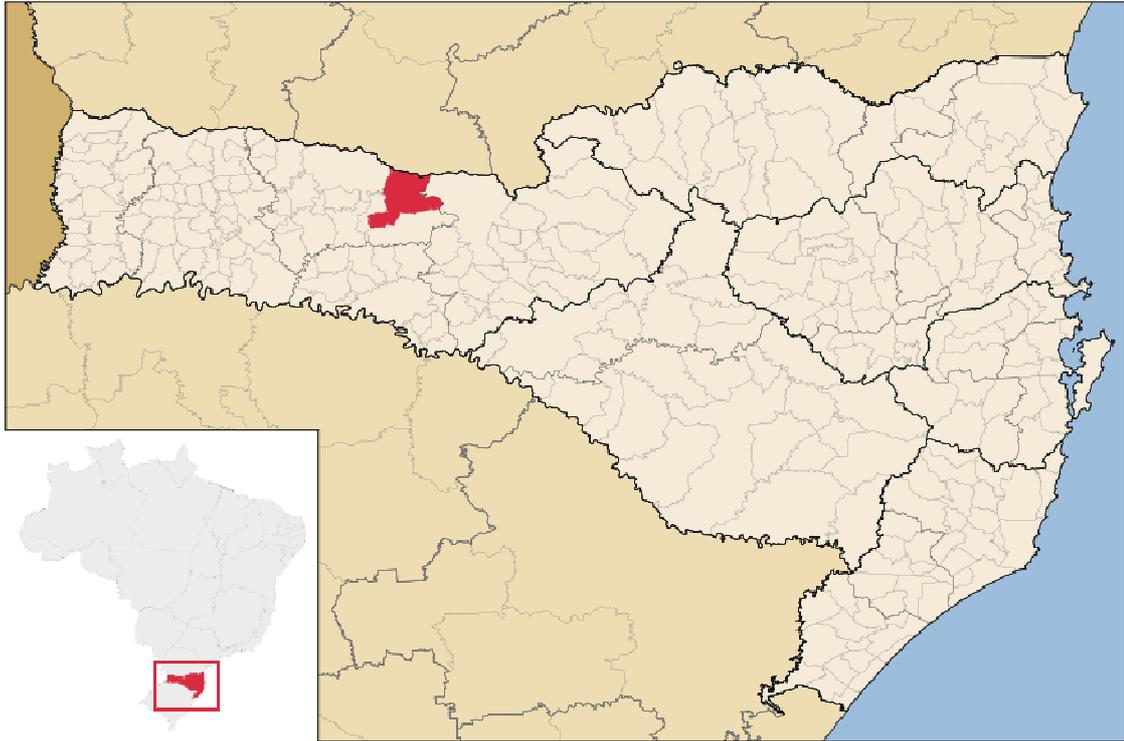


Figura 4 – Mapa da localização do município de Passos Maia

Fonte: Abreu (2006).

Em 1995 teve a ocupação da Fazenda Ameixeira (Figura 5), que de acordo com os dados do INCRA (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2006a), chegou a contabilizar aproximadamente 800 pessoas. Desta ocupação surgiram em Passos Maia os assentamentos: Conquista dos Palmares, 20 de Novembro, 29 de Junho, Maria Rosa e Zumbi dos Palmares, e mais três assentamentos em outras duas cidades do Estado. Da ocupação da Agroindústria Fazenda Dissenha S.A. Indústria e Comércio surgiram em Passos Maia os assentamentos Conquista do Horizonte, Conquista dos Palmares e Madre Cristina, entre outros assentamentos nos demais municípios.

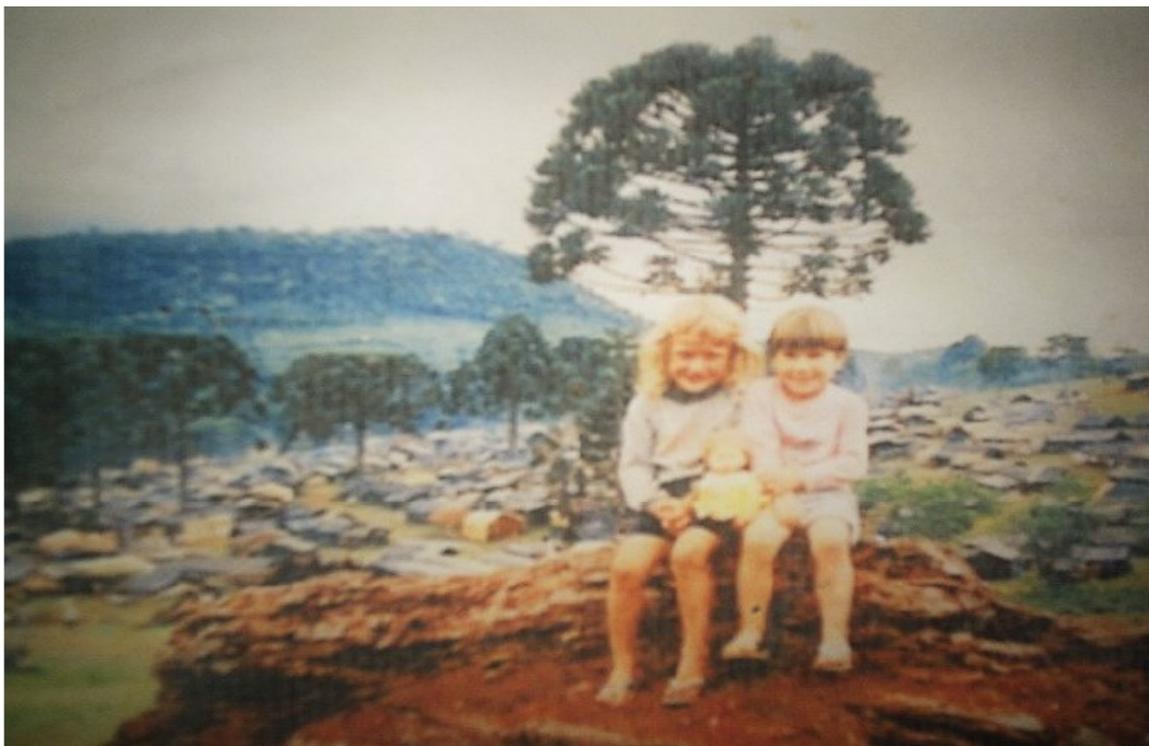


Figura 5 – Acampamento da Fazenda Ameixeira em 1995.

Fonte: MST - Brigada Maria Rosa

Atualmente existem 14 assentamentos de reforma agrária em Passos Maia, com aproximadamente 380 famílias assentadas (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA; COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DA REFORMA AGRÁRIA DE SANTA CATARINA, 2005). O assentamento Zumbi dos Palmares é o maior de todos em extensão e número de famílias. Além de presentes em grande número, os assentados costumam ser muito atuantes politicamente. Um exemplo disso é o fato de o atual vice-prefeito (em exercício e reeleito) ser assentado em um dos assentamentos do município (MOURA, 2008).

2.4 METODOLOGIA

Adotar o Oeste do Estado de Santa Catarina como cenário para análise se fez devido à presença na região de assentamentos constituídos a algum tempo – alguns com mais de 20 anos. Passos Maia é o segundo município do Estado com maior número de assentamentos,

isso teoricamente possibilita o encontro de uma maior diversidade cultural entre os assentados, fator providencial para a realização da pesquisa. Na maioria dos assentamentos as famílias não são necessariamente da mesma região e sua origem não é condição de assentamento. Estes dois fatores possibilitam uma melhor análise da realidade como um todo, o que permite evidenciar ou não as hipóteses da pesquisa.

Para definição do número de assentados que seriam entrevistados, utilizou-se como parâmetro as informações obtidas durante a primeira visita a região de estudo, que ocorreu em janeiro de 2009 e as informações fornecidas pelos técnicos da COOPTRASC. Esta pesquisa exploratória teve também como objetivo familiarizar a pesquisadora com o objeto de pesquisa, avaliar os instrumentos de coleta de dados e verificar a relevância do problema empírico.

A partir deste primeiro contato com o universo da pesquisa, foi verificada a presença de três tipos principais de assentados, com características específicas a cada um.

A seleção dos assentados que participariam da entrevista obedeceu a seguinte tipologia:

- Assentados do tipo 1: a) Relação com o mercado: comercializa 70% ou mais de sua produção e/ou utiliza até 50% da produção para intensificar outras atividades agropecuárias (engorda de suínos, bovinos, aves, etc.) e vende seus produtos para cooperativas agrícolas tradicionais e/ou para agroindústria – sistema de integração, podendo ocorrer agregação de valor em seus produtos. b) Uso de insumos: utiliza até quatro tipos de insumos químicos; produtos na maioria de origem externa a propriedade podendo utilizar adubos orgânicos de origem interna (demonstra sua racionalidade modernizadora). c) Associativismo: adere a cooperativas, sindicatos, associação de agricultores, clube de mães, grupo de jovens, igrejas e a brigada; participa das atividades destas entidades com frequência. d) Assistência técnica: recebe assistência técnica de técnicos da prefeitura, EPAGRI ou de empresa integradora (quando não recebe assistência se deve ao fato de julgá-la desnecessária); julga válidas as informações prestadas pela assistência e utiliza na propriedade estas informações; quando enfrenta problemas relacionados à propriedade busca auxílio da assistência técnica e recebia assistência antes de ser assentado (caso tenha sido agricultor). e) Organização da propriedade: destina 70% ou mais da área da propriedade para atividades que gerem produtos para comercialização; as áreas mais planas são destinadas as atividades que o agricultor julga serem mais rentáveis, ou então suas melhores áreas são destinadas a atividades que exigem melhores condições do solo. f) Tecnologia utilizada: possui sete a mais equipamentos; tem na propriedade cinco a mais construções; tem curva de nível ou plantio em nível/terraceamento;

realiza rotação de culturas e/ou plantio direto; não faz queimadas; utiliza adubação verde e/ou orgânica. g) Acesso ao crédito: utiliza auxílio financeiro, em sua maioria para investimentos, compra de terras e se encontra adimplente. h) Acesso a informações: assiste/ouve programas voltados ao rural; participa de cursos profissionalizantes relativos a área rural; geralmente utiliza as informações que recebe dos cursos e dos programas de rádio/TV na propriedade.

- Assentados do tipo 2: a) Relação com o mercado: comercializa até 30% de sua produção, utiliza até 70% desta produção para subsistência e quando vende seus produtos é em feiras livres e/ou no estabelecimento e/ou na casa do consumidor e/ou laticínios ou para cooperativas vinculadas a organizações da agricultura familiar. b) Uso de insumos: utiliza no máximo dois tipos de insumos químicos externos a propriedade (necessários), utiliza insumos internos a propriedade. c) Associativismo: adere ao sindicato e a brigada e dificilmente frequenta as atividades destas entidades. d) Assistência técnica: quando recebe assistência, esta é prestada por técnicos do MST; dificilmente utiliza as informações na propriedade; não procura ajuda da assistência quando enfrenta problemas na propriedade e não recebia assistência antes de ser assentado (caso fosse agricultor). e) Organização da propriedade: destina até 70% de sua área para atividades que gerem produtos que utilizará para sua subsistência; as melhores áreas são destinadas a produção de subsistência. f) Tecnologia utilizada: possui no máximo três equipamentos; tem no máximo três construções na propriedade; não tem curva de nível nem terraceamento; não realiza plantio direto e faz rotação de culturas para o que julga necessário; faz queimadas frequentemente. g) Acesso ao crédito: utiliza auxílio financeiro, para custeio e encontra-se inadimplente, tendo muitas dificuldades para realizar o pagamento da dívida. h) Acesso a informações: usa rádio/TV somente para assuntos gerais e lazer, os cursos que realiza não são em áreas ligadas a agricultura/pecuária, não utiliza as informações que recebe dos programas de rádio/TV na propriedade.

- Assentados do tipo 3: a) Relação com o mercado: comercializa de 40 a 70% de sua produção e/ou utiliza até 30% desta produção para intensificar outras atividades agropecuárias (engorda de suínos, bovinos, aves, etc.) e vende seus produtos em feiras livres e/ou no estabelecimento e/ou na casa do consumidor e/ou para o Fome Zero/ Conab e/ou laticínios e/ou cooperativas agrícolas tradicionais ou vinculadas a organizações da agricultura familiar. b) Uso de insumos: utiliza no máximo três tipos de adubos químicos; os produtos podem ou não ser externos a propriedade. c) Associativismo: adere ao sindicato, a associação de agricultores, a igreja e a brigada; participa das atividades destas entidades. d) Assistência técnica: recebe assistência técnica dos técnicos do MST e/ou da prefeitura e/ou do sindicato;

julga válidas as informações prestadas pela assistência, mas nem sempre as utilizada na propriedade; nem sempre procura ajuda da assistência quando se depara com um problema na propriedade e não recebia assistência antes de ser assentado (caso fosse agricultor). e) Organização da propriedade: destina 50 a 70% da área da propriedade para atividades que gerem produtos comercializáveis; as áreas mais planas são destinadas as atividades que julga serem mais rentáveis. f) Tecnologia utilizada: possui de 4 a 6 equipamentos; tem na propriedade 4 a 5 construções; não tem curva de nível nem terraceamento; realiza ou rotação de culturas ou plantio direto; faz queimadas as vezes. g) Acesso ao crédito: utiliza auxílio financeiro, em sua maioria para custeio e/ou investimento e está adimplente, porém sente dificuldades em realizar o pagamento da dívida. h) Acesso a informações: assiste/ouve programas voltados ao rural, participa de alguns cursos profissionalizantes relativos a área rural, nem sempre utiliza as informações que recebe dos cursos e dos programas de rádio/TV na propriedade.

Após esta pré-categorização, técnicos da COOPTRASC forneceram uma lista com nomes de assentados que poderiam se encaixar em algum dos três tipos. Através de visita a cada um destes, foi possível constatar suas principais características e então categorizá-los. O assentado não precisava necessariamente se encaixar em todas as características de um dos tipos, mas sim na maioria delas. Desta forma, foram selecionados os 42 assentados que participaram da entrevista.

A entrevista a estes 42 escolhidos foi realizada com auxílio de formulário semiestruturado e entrevista, sendo dez assentados do tipo 1, dez assentados do tipo 2 e 22 assentados do tipo 3. A opção por um número maior de entrevistados do tipo 3 ocorreu porque estes assentados encontram-se em fase de transição de seus sistemas produtivos, passando da produção de subsistência para a produção para comercialização, apresentam características não definidas em seus sistemas produtivos, que resulta em diferenças maiores e mais conflitantes.

Além dos 42 assentados, foram entrevistados com auxílio de roteiro estruturado, seis gestores locais, sendo dois representantes da COOPTRASC, três representantes da EPAGRI, e um representante da prefeitura municipal. Todos os assentados foram entrevistados em suas residências. Os representantes da EPAGRI, prefeitura municipal e COOPTRASC foram entrevistados em seus respectivos escritórios no município.

A coleta de dados foi realizada no período compreendido entre os meses de maio e junho de 2009, com instrumentos de coleta de dados: entrevista semi-estruturada (APÊNDICE A), e diário de campo. A entrevista semi-estruturada é utilizada nesta pesquisa

pelo seu caráter que, segundo Cortes (1998, p. 19), “[...] é revelador do caráter histórico e específico das relações sociais que este indivíduo realiza e das variadas “subculturas” das quais ele participa em um contexto de classe social, de orientação sexual, de pertinência a uma geração, a uma etnia, etc.

O diário de campo foi utilizado para complementação dos dados, possibilitou o registro de informações detalhadas, observações e reflexões surgidas durante a pesquisa. Essa combinação de métodos acaba sendo recomendável, isso segundo Cortes (1998, p. 5), “dadas as exigências de validação que todo trabalho científico coloca para os pesquisadores”. “Além disso, a multiplicidade de formas de focar o mesmo objeto, o recurso a métodos e técnicas variadas favorece a realização da triangulação, ou seja, a prática de confrontar variadas evidências sobre o mesmo fenômeno” (CORTES, 1998, p. 45).

Como forma de identificação, cada entrevistado recebeu um número, de acordo com a ordem em que as entrevistas aconteciam. As informações das entrevistas com os gestores locais e dos assentados foram analisadas através da análise de conteúdo. Para a análise dos dados quantitativos, o processamento dos questionários dos assentados foi realizado com auxílio do programa SPSS.

3 ATUALIDADE DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO

Mazoyer e Miguel (2009) destacam uma definição sucinta do que vem a ser a agricultura:

A agricultura, em seu sentido amplo, é uma atividade social de produção de bens obtidos pela exploração da fertilidade útil de um meio que contém geralmente populações de espécies domesticadas ou não. A **agricultura** é um **objeto real: observável** (meio, equipamentos, atividades, habitat, ...); **entrevistável** (agricultores, vizinhos, passantes, especialistas, ...); sempre **complexo; variável de um local a outro; de uma época a outra**. A agricultura é um **campo de estudo** imenso e variável: composto de **múltiplas formas** no presente (observável) e no passado (identificável); relativamente **impossível de apreender e descrever em sua totalidade**. (MAZOYER; MIGUEL, 2009, p. 18, grifo do autor).

Colocando em números a importância da agricultura familiar temos os 3,6% do PIB nacional ligados exclusivamente à produção agropecuária familiar (sem incluir os outros setores do agronegócio), o que representa R\$ 55,6 bilhões (SPAROVEK et al., 2005), valor que pode ser comparado ao gerado pelo setor de extração de petróleo, gás natural, carvão e outros combustíveis, sendo que nos últimos anos essa parcela da agricultura – o agronegócio familiar – tem crescido mais do que o patronal.

Esse argumento seria o suficiente para justificar políticas de fortalecimento da produção familiar, visto que 40% da produção agropecuária – na essência, daquilo que comemos – não é resultante de grande produtor, produzido com tecnologia de última geração, esses 40% saíram da pequena produção, que tem sua própria tecnologia e modo de produzir, (SPAROVEK et al., 2005, p. 13) e que quando confrontado com a produção agrícola patronal tende a perder a competição por recursos produtivos (terra, crédito, apoio político, investimentos privados).

Entretanto gerar riqueza não deveria ser o aspecto mais importante da agricultura familiar, o ideal seria que isso acontecesse onde ela é mais necessária, sendo melhor distribuída. A geração de riqueza junto com sua concentração em regiões específicas cria espaços de exclusão que são a base para conflitos sociais. Regiões estas onde geralmente predomina a produção familiar, em pequenas propriedades, tendo como base produtiva os

sistemas tradicionais, com baixa utilização de insumos e máquinas.¹ Essa realidade quase sempre convive com a concentração da posse da terra e disputa entre recursos produtivos com sistemas de produção industrial e patronal.

Segundo Mazoyer e Miguel (2009, p. 23), a definição mais atual e completa de sistema agrário compete a Mazoyer (1986), onde um sistema agrário “[...] é um modo de exploração do meio, historicamente constituído e durável, um conjunto de forças de produção adaptado às condições bioclimáticas de um espaço definido e que responde às condições e às necessidades sociais do momento”.

As técnicas de produção e os produtos utilizados em vista à satisfação das necessidades de determinado grupo, definem, a grosso modo, um sistema agrário. É a interação entre o meio natural e o meio sociocultural, que por meio das práticas adquiridas através da experiência e do saber técnico manifestam suas características.

Mais especificamente, as características regionais e de infra-estrutura que definem os sistemas de produção. As questões de infra-estrutura estão relacionadas a energia elétrica; ferrovias, hidrovias e rodovias; a remuneração e o volume de oferta de trabalho; as condições de armazenamento da produção; a proximidade e a dinâmica do mercado consumidor e fornecedor; os valores culturais; o preço e a dinâmica do mercado de terras, sendo estas as questões que moldam os sistemas de produção e definem a dinâmica e a forma como a produção é realizada (SPAROVEK et al., 2005). As características regionais segundo Sparovek et al. (2005, p. 21) também influenciam as opções e decisões dos agricultores. “O grau e as características de desenvolvimento regionais (distribuição de renda, acesso a serviços de educação e saúde, a importância relativa dos setores da economia, organização e tensões sociais) nortearão a necessidade e o tipo de ação pública e a forma de organização coletiva e individual da produção”.

Desta forma, torna-se importante demonstrar quais são as características da formação social e econômica dos assentamentos da região em questão, bem como a formação agrária, compreendendo as influências desde a colonização.

¹ Descrição generalista da agricultura familiar, que segundo SPAROVEK *et al.*, (2005) não se adapta a toda realidade da produção mas pode ser considerada como uma boa aproximação da situação modal. Maiores detalhes sobre os sistemas de produção agrícola da região Sul podem ser obtidos em Bittencourt e Bianchini (2000).

3.1 FORMAÇÃO SOCIAL E ECONOMICA DO OESTE CATARINENSE

De modo geral, a agricultura realizada no século XIX, era vista como arcaica, onde por ignorância os agricultores preferiam técnicas rotineiras, em contraste com a agricultura européia, modernizada por agricultores dispostos a inovação. Quando se analisa um pouco do passado, como feito com relação à colonização do oeste catarinense, depara-se com questões que indicam como esta colonização teve reflexos sobre a forma de reprodução, organização e produção das famílias agricultoras.

Sob o “domínio da idade da razão”, a agricultura não poderia mais ser praticada por métodos tradicionais, transmitidos de geração a geração pela rotina e pelos costumes, sem submeter-se a métodos racionais e controlados (ZARTH, 2000). Devido a estas mudanças, muitas características tradicionais se perderam, e muitos agricultores se viram obrigados a se adaptar para atender aos padrões exigidos pela sociedade. Segundo Gehlen (1998a, p. 55), “[...] os agricultores familiares sofrem mais agudamente as transformações pelas quais passa a sociedade e particularmente o meio rural, principalmente em sua identidade profissional e sociocultural”.

No sul do Brasil, índios e caboclos que utilizavam o sistema tradicional de cultivo foram aos pouco perdendo o espaço para os colonos, justificando-se este procedimento pelo discurso que atribuía uma qualidade superior aos colonos imigrantes. Esta superioridade era segundo Zarth (2000, p. 6), “destacada pela sua suposta maior capacidade de desenvolvimento agrícola em relação aos nacionais²”. Assim, a partir da colonização da região Oeste de Santa Catarina, é possível constatar diferenças nos sistemas produtivos. O nativo/caboclo com seu sistema de coleta, extraindo erva-mate, criando alguns animais soltos, mudando de um lugar para outro com frequência, voltados para a produção de subsistência e o colono-camponês produzindo para manter a família e para acumular parte do capital, graças ao excedente da produção, voltados à produção para o mercado.

As técnicas agrícolas utilizadas pelos “nativos”, pelos caboclos da região são provavelmente herança dos índios, técnicas como a derrubada e queimada, cultivando principalmente amendoim, arroz, mandioca e o milho. A utilização dessas técnicas era, segundo Zarth (2000, p. 4), atribuída “à ignorância dos lavradores nacionais que teriam aprendido tal sistema dos indígenas e, por comodidade, teriam adotado”. Os colonos que

² Aqui, a expressão “nacional”, refere-se aos mesmos “caboclos”, os “nativos” que já viviam na região.

chegaram a região, desenvolviam atividades agrícolas a partir da inovação tecnológica que atribuía a estes superioridade em relação aos “nacionais”. Neste contexto de diferenças surge o conflito entre a inovação tecnológica e a tradição dos costumes.

Os caboclos trocavam mercadorias como o fumo, a erva-mate, o feijão e o milho por bebidas, querosene, instrumentos de trabalho entre outras coisas, nas chamadas “bodegas”, este era o vínculo comercial dos caboclos. A atividade agrícola deles era a pequena roça de subsistência (BAVARESCO, 2006), dividiam as terras em terras de plantar, distantes da casa, onde faziam a derrubada do mato e a queima e as terras de criar, próximas as casas, onde criavam-se entre outros animais, porcos, galinhas, bovinos. A realização das queimadas favorecia a fertilidade das terras, proporcionando rápido crescimento das plantas, e segundo Zarth (2000, p. 3), “[...] passaram a ser vistas como uma atitude racional de uso da fertilidade natural dos solos virgens, numa situação de fraca densidade demográfica, que permitia o pousio da terra até sua recuperação”. Isso tudo denota a racionalidade e lógicas próprias, onde se observava as condições oferecidas pela natureza bem como as condições demográficas.

As sociedades “primitivas” consideravam o espaço como algo abrangente, carregado de conteúdo social, histórico e religioso, a terra era vista em termos de relações sociais. As pessoas como parte da natureza, e conforme Carvalho e Nodari, (2007, p. 2) acreditavam que “A terra, por si mesma, está em poder do grupo como um todo. Não é privativamente dividida nem possuída. Além disso, ela é viva como os espíritos e a história das pessoas, e os lugares sobre ela são sagrados”. Em contrapartida o espaço da sociedade industrial “[...] é o espaço onde se retalha a terra, etiquetando-a com valores, transformando-a em mercadoria pelo potencial produtivo que carrega. É o espaço onde árvores e animais também têm o seu preço e também são mercadorias” (MOTA, 1993, p. 9).

O sistema produtivo dos colonos também esteve (inicialmente) fortemente direcionado pela produção de subsistência, pela produção de produtos de consumo como feijão, mandioca, milho e batata, e pode ser ainda caracterizado pela rotação de terras, e pela relação dependente com os agentes mercantis externos (vendedores e comerciantes) (SCHNEIDER, 1995).

Apesar de colonos e caboclos direcionarem a princípio sua produção para a subsistência, alguns fatores começam a diferenciar seus sistemas produtivos. Para Bavaresco (2006, p. 19), “Os colonizadores já possuíam certa experiência na agricultura e logo transformaram a paisagem da região, adotando um modo de produção familiar”. Schneider (1995) traz um exemplo desta diferenciação, onde os colonos com o crescimento do rebanho bovino começaram a incrementar suas técnicas de produção mediante adubação com esterco.

Começa assim, a se diferenciar o sistema produtivo utilizado pelos colonos, a forma como trabalhavam a terra, segundo Bavaresco, (2006, p. 19) “[...] proporcionava uma produção capaz de manter a família e acumular uma pequena parte de capital, graças ao excedente da produção”. Além destas características diferenciadoras o choque entre os dois modos de vida também facilitou o processo de distinção da produção que afastou imigrantes e caboclos. A incorporação de novas características tende a gerar uma grande alteração no ambiente, nas suas dimensões física, biológica e humana, havendo, por conseguinte, uma mudança no “espaço” até então habitado por comunidades tradicionais.

Na agricultura, apresentam-se uma diversidade de sistemas produtivos, com enfoques diferentes quanto ao sistema de valores, alguns focam na produtividade, outros, dão maior importância à produção de subsistência,³ e outros se mantêm em níveis intermediários, de transição, adotando características tanto de um como de outro sistema. Desta forma, estes sistemas se distinguem por algumas características que são específicas a cada um, como: a forma da organização da produção, uso da terra, relações com instituições, conceitos, projetos de vida e de futuro, entre outros aspectos, que compreendem: área da propriedade, as atividades produtivas (tipos de exploração pecuária e seus objetivos, tipos de exploração agrícola e seus objetivos); sistemas voltados para subsistência ou para o mercado, etc..

Outro fator de importância para as transformações no meio rural foi o modelo de desenvolvimento da agricultura, instalado desde a década de 50, denominado de Revolução Verde (SALAMONI; GERARDI, 2001, p. 80). Este modelo foi baseado em altas taxas de produtividade através da introdução de máquinas agrícolas, fertilizantes químicos, agrotóxicos, sementes e mudas com material genético modificado e água para irrigação artificial. Foi o modelo que trouxe a “modernização” para agricultura, porém, foram reconhecidos os resultados negativos de sua introdução.

Sabourin (2001) afirma que desde o início dos anos 80, numerosos projetos procuraram superar as limitações ou os fracassos dos métodos de inovação agropecuária propostos pela Revolução Verde aos agricultores familiares.

A região Oeste de Santa Catarina, sob o ponto de vista do crescimento econômico, representa uma das regiões brasileiras mais bem sucedida na implantação do modelo de desenvolvimento centrado nos princípios da modernização da agricultura. Pelo Censo

³ De acordo com Garcia Jr. (1983, p. 16), os camponeses organizam sua unidade familiar em vistas a atender sua subsistência, ou seja, “[...] aquilo que é socialmente necessário para a reprodução física e social do trabalhador e de sua família.” Desta forma, parte do que é produzido destina-se ao autoconsumo, e o restante às relações de troca para adquirir outros bens. Neste contexto, explica-se a diferença entre autoconsumo e subsistência, sendo o sentido deste último mais amplo.

Agropecuário 1995/96, comparando com a produção brasileira, a região produziu, apesar da pouca área destinada às lavouras temporárias e das restrições topográficas, 7% da produção do fumo, 5% da produção de feijão, 6% do milho, 5% do leite, 16% das aves e 25% dos suínos. Esses dados sugerem que a região apresenta um padrão de produtividade compatível com o que é preconizado pelo modelo de desenvolvimento agrícola subjacente ao processo de modernização da agricultura. Já em 2003, de acordo com o Instituto CEPA (2004), na Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina, o PIB agropecuário cresceu 6,3%, atingindo um valor nominal estimado de R\$ 7,6 bilhões. A área plantada dos principais produtos das lavouras cresceu 3,6%, atingindo 1,7 milhão de hectares. Dentre os principais produtos utilizados na estimativa do PIB, os das lavouras permanentes, temporárias, horticultura e floricultura obtiveram crescimento de 14% em volume e de 24% nos preços recebidos.

Entretanto, a partir do início de 1990, o “modelo” de desenvolvimento do Oeste de Santa Catarina começa a sofrer objeções, passando por uma crise socioeconômica e ambiental, (MARQUES; MELLO, 2009) que causou o empobrecimento, envelhecimento e masculinização da população rural, intensificou o êxodo rural, despovoamento de muitas localidades e aumentou o número de unidades sem sucessor. Marques e Mello (2009) citam em seu trabalho algumas pesquisas (TESTA et al., 1996; ABRAMOVAY, 1999; RENK, 2000; SILVESTRO et al., 2001) que apontam como uma das principais causas dessa crise, o processo de reestruturação agroindustrial que teve início em 1980 e introduziu novas tecnologias, mudanças na organização produtiva e um progressivo aumento nas escalas de produção e exigência de especialização, que promoveram um processo de seleção e exclusão dos agricultores.

Os conflitos de disputa pela terra, passando pelos conflitos culturais e pelas transformações ocorridas na agricultura, refletem hoje na formação e caracterização dos sistemas produtivos dos assentados, que de maneira geral, expressam a realidade da região. O que mais os distingue dos demais agricultores familiares é a restrição aos sistemas de integração, já que por não possuírem o título da terra ficam impossibilitados de aderirem a esta forma de produção. A produção integrada de aves e suínos é citada por alguns assentados como uma alternativa para recuperar economicamente a propriedade agrícola. Entretanto, como vimos anteriormente, esta forma de produção acabou selecionando e excluindo muitos agricultores familiares nos últimos anos. Por esta restrição, os assentados acabam reproduzindo outras alternativas para manter viável sua permanência no campo.

Nos assentamentos, há indivíduos que nunca antes haviam trabalhado na agricultura, indivíduos que já haviam trabalhado, mas como “peões” de fazendeiros, indivíduos que já

eram agricultores e viram na compra de lote a possibilidade de ter e/ou aumentar sua área, entre outros. Toda essa diversidade a procura de melhorias na qualidade de vida. Porém, cada um com sua idéia do que é qualidade de vida, e principalmente, cada um com sua forma de atingir este objetivo.

3.2 FORMAS SOCIAIS NA AGRICULTURA

A análise da agricultura familiar no Oeste de SC está orientada segundo as dimensões sociais, econômicas e ambientais, qualificadas, neste estudo, como elementos integrantes dos processos diferenciados de racionalidade de apropriação dos fatores produtivos (terra, trabalho, mercado), da organização social da produção e da reprodução familiar.

O Estado de Santa Catarina está dividido em oito regiões: Litoral, Nordeste, Vale do Itajaí, Planalto Norte, Planalto Serrano, Sul, Meio-Oeste e Oeste. O Oeste ocupa uma área de aproximadamente 25 mil quilômetros quadrados, é formado por 118 municípios, onde se distribui uma população estimada em 1,2 milhões de habitantes, destes, 414 mil (37%) vivem no espaço rural. Se caracteriza pela forte presença da agricultura familiar (MARQUES; MELLO, 2009).

Existem hoje em Santa Catarina, 138 assentamentos. A região Oeste, território antes ocupado por fazendas com grandes extensões de terra tradicionalmente voltadas para a pecuária, dá lugar hoje, a vários assentamentos, entre estes, os 14 do município de Passos Maia. Além da atividade madeireira e agrícola destacou-se na região a pecuária bovina e suína, que contribuíram para o surgimento, mais tarde, de importantes frigoríficos.

Outra grande contribuição para o desenvolvimento econômico da região foi a extração da madeira, que teve seu início junto com a colonização, mostrando-se um ramo de comércio lucrativo. Woloszyn (2008, p. 11) relata que “no período 1950-1960, as serrarias multiplicaram-se e a venda de terras nas margens do rio Uruguai intensificou-se”. A região se desenvolvia ao passo que novas famílias de colonos se instalavam, de maneira que a migração de colonos vindos do Rio Grande do Sul contribuiu para o aumento populacional da região, assim como para a exploração das matas. Mais especificamente a partir de 1940, Bavaresco (2006, p. 8) retrata que “aumentou significativamente o número de vilas e povoados no Extremo Oeste. Alemães, italianos e, em menor número, poloneses e outros, deslocavam-se do Rio Grande do Sul para as novas terras”.

Em poucos anos a mata nativa da região, foi reduzida a 2%. A atividade madeireira, iniciada nos anos de 1930, logo no final de 1970 já mostrava seu enfraquecimento. Entretanto, atualmente na região, ainda há presença de empresas madeireiras, bem como de uma grande empresa fabricante de papel, a Avelino Bragagnolo S. A.

No município de Passos Maia mais especificamente, a economia gira em torno da agricultura de pequenas propriedades, dos assentamentos, da extração da madeira, e do comércio local, que segundo relatos ouvidos durante a pesquisa demonstram a importância que as famílias assentadas têm para o comércio do município.

Fosse olhar o comércio de Passos Maia treze anos atrás como era, e olhar hoje, como por exemplo o Ede Michelon [*dono de supermercado*], quando nós viemos para cá [...], era ele quem atendia atrás do balcão, a gente pedia a coisa que a gente queria, eles pegavam. E hoje? Depois de treze anos de assentamento, olhe o que o Ede tem, olhe o mercado que ele construiu. (ENTREVISTA N° 29).

[...] é difícil alguém da cidade que compre aqui mesmo, roupa, calçado, eles saem, vão até Xanxerê onde é mais barato, acham as coisas mais sofisticadas lá do que aqui, aí quem faz o comércio aqui é o *povinho*, o povinho que não tem dinheiro pra ir comprar longe. (ENTREVISTA N° 17).

No município de Passos Maia constatou-se durante o pré-campo, a presença de sistemas produtivos de uso da terra: tradicional, com a produção voltada para a subsistência; modernizado, produção voltada para o comércio e o de transição, produzindo para subsistência e vendendo o excedente, e foi a partir destes diferentes sistemas que idealizamos três tipos para facilitar o estudo das racionalidades envolvidas em cada um, partindo-se do pressuposto de que os assentados pesquisados poderiam ser categorizados de acordo com os seus sistemas produtivos, a partir da identificação de algumas possibilidades de consolidação permanente de um ou outro sistema de produção predominante.

3.2.1 Agricultura de Subsistência

Com relação à agricultura de subsistência, suas técnicas utilizadas geralmente são rudimentares, passadas de geração em geração, com utilização de máquinas simples resumindo-se ao arado, a grade, carroça, geralmente puxadas por animais. O trabalho é

fundamentalmente manual, as explorações agrícolas são de pequena dimensão e na maioria das vezes não fazem uso de insumos industrializados, como agrotóxicos. Cultivam várias espécies vegetais e criam animais, e essa produção destina-se prioritariamente à satisfação das necessidades da família, sendo que em alguns casos pode ocorrer a venda dos excedentes da produção.

Geralmente estes agricultores enfrentam situações de descapitalização crescente, que se agrava pela inexistência de acesso aos recursos produtivos, de serviços de assistência técnica e de créditos bancários adequados às suas necessidades, o que resulta muitas vezes na venda do lote, retornando as cidades em busca de trabalho assalariado.

Os agricultores voltados para subsistência produzem basicamente milho, feijão, arroz, mandioca e batata doce, a grande maioria produz pequenas quantidades de leite, possuem alguns animais para consumo de carne bovina e suína e criam galinhas para consumo de carne e ovos, muitos produzem ainda amendoim e pipoca. Nada, ou pouco do excedente da produção é comercializado. Geralmente os produtos comercializados são o milho e o feijão, através da transformação do leite alguns comercializam queijo, outros vendem galinhas, ovos e salame, geralmente diretamente para o consumidor (Figura 6).



Figura 6 – Horta de um lote do assentamento 13 de Junho, Passos Maia, SC

Fonte: Fotografia da autora (maio 2009).

Os sistemas produtivos podem ser considerados tradicionais. Atualmente, a maioria faz uso de trator, porém precisam “pagar por hora”. Outros maquinários como colheitadeira, plantadeira, distribuidor de esterco, etc., são raramente utilizados. O uso de insumos nesta categoria pode ser considerado baixo, utilizam herbicidas, entretanto o uso de inseticidas e fungicidas é quase nulo, poucos utilizam fertilizantes inorgânicos e a maioria utiliza fertilizantes orgânicos.

3.2.2 Agricultura de Comercialização

Tem como característica o elevado grau de mecanização, utilizando máquinas diversas e por vezes sofisticadas, caso necessário realizam processos de irrigação e/ou drenagem. O solo é cultivado intensamente, geralmente com sementes selecionadas, com o auxílio de fertilizantes químicos e outros produtos industriais como os agrotóxicos. A produção apresenta alto rendimento e seu destino (quase exclusivamente) é a comercialização. Tem como objetivo produzir grandes quantidades com baixos custos.

Os agricultores da região estudada que se enquadram dentro desta categoria produzem em pequena escala: mandioca, pipoca, amendoim, queijo, peixe, etc. destinados ao consumo. Para os produtos comercializados dedicam as maiores e melhores extensões de terra onde realizam a produção de milho, feijão, soja e leite. São os maiores usuários de novas tecnologias, utilizando maquinários e insumos agrícolas freqüentemente. Esta modernização trouxe a perspectiva de implantação de uma forma específica de propriedade, a organização da produção em bases empresariais e as transformações nas relações sociais que ela acarreta (KRAYCHETE; COMERFORD, 1991) (Figura 7).



Figura 7 – Instalações de um lote do assentamento Conquista dos Palmares, Passos Maia, SC

Fonte: Fotografia da autora (maio 2009).

3.2.3 Agricultura em Transição

Neste tipo a produção agrícola é variada: feijão, milho, arroz, mandioca, batata doce, leite, amendoim, pipoca, podendo ocorrer a produção de soja. Estes produtos são destinados para a subsistência e para o mercado em quantidades proporcionais, entretanto sempre que possível os agricultores aumentam a produção de alguns destes itens para poder comercializar ainda mais e obter maior retorno financeiro (Figura 8).



Figura 8 – Estrebaria de um lote do assentamento Maria Rosa, Passos Maia, SC

Fonte: Fotografia da autora (maio 2009).

Os assentados desta categoria apresentam características variadas, pois seus sistemas produtivos se encontram em fase de transição, apresentando características produtivas tanto do tipo 1, quanto do tipo 2. São assentados que estão saindo, ou já saíram do sistema produtivo voltado apenas para subsistência, passando a investir mais na produção para comercialização, porém ainda não se capitalizaram o suficiente para se enquadrar e apresentar todas as características dos assentados do tipo 1.

4 A DIVERSIDADE DE RACIONALIDADES

O princípio da racionalização é o elemento mais geral na Filosofia da História de Weber. As proporções e direção da “racionalização” são, assim, medidas negativamente em termos do grau em que os elementos mágicos do pensamento são deslocados, ou positivamente pelas proporções nas quais as idéias ganham coerência sistemática e consistência naturalística (WEBER, 1974, p. 68).

Pelas reflexões metodológicas de Weber (1974):

A sociologia interpretativa considera o indivíduo [*Einzel-individuum*] e seu ato como a unidade básica, como seu “átomo” – se nos permitirem pelo menos uma vez a comparação discutível. Nessa abordagem, o indivíduo é também o limite superior e o único portador de conduta significativa... Em geral, para a Sociologia, conceitos como “Estado”, “associação”, “feudalismo” e outros semelhantes designam certas categorias de interação humana. Daí ser tarefa da Sociologia reduzir esses conceitos à ação “compreensível”, isto é, sem exceção, aos atos dos indivíduos participantes. (WEBER, 1974, p. 68).

As concepções referentes às racionalidades dos indivíduos encontram-se fundamentadas em certos aspectos, vindos de diferentes áreas de estudo, porém há entre elas, alguns aspectos em comum.

As noções de mentalidade, de cultura e de ideologia foram desenvolvidas na história, na geografia, nas ciências políticas, na antropologia e na sociologia. No entanto, uma concepção comum atravessa as diversas disciplinas: um grupo, ou uma sociedade, desenvolve um sistema de representações complexo para interpretar seu ambiente e permitir sua vida interna. Esse sistema exerce uma função de coesão, permitindo aos membros do grupo a identificação no seio do corpo social. Este é formado, portanto, por categorias de pensamento que expressam a realidade e explicam-na, justificando-a ou questionando-a. (FLEURY, 2008, p. 51-52).

Para Max Weber, a noção de visão de mundo é trabalhada de forma particular, através de termos como “idéias”, “espírito”, “mentalidade”. Segundo Weber, as idéias são juízos de valor que os indivíduos dotados de vontade possuem. Portanto, as concepções sobre o real têm uma dinâmica própria e podem apresentar tanta importância quanto a base material (FLEURY, 2008). Desta forma, Weber chama atenção para a importância de se pesquisar as

idéias como parte da realidade social e, para a necessidade de se compreender a que instâncias do social determinado fato deve sua dependência (MINAYO, 1995).

A conduta humana, o seu fazer, quando atribuído um sentido subjetivo, torna-se uma ação. Para Weber (1991) a ação social é uma ação onde o sentido dos sujeitos está referido à conduta de outros. Assim, a ação se dá

[...] num conjunto de regras e recursos implicados, de forma recursiva, na reprodução social, mas a cognoscibilidade do agente faz com que ocorram transformações desta estrutura devido à própria ação, esta estrutura precisa ser reconstruída dentro de uma conjunção espaço tempo, pela reflexividade social. Assim, da mesma forma que o sistema social determina a ação, ele é determinado por ela. (HILLIG, 2008, p. 26).

Hoje, os assentados encontram-se influenciados de diversas formas dentro de suas atividades cotidianas, algumas mais, outras menos evidentes, mas geralmente afetando objetivamente sua existência. Neste sentido, os atores e conseqüentemente suas decisões estão sempre situadas no conjunto das relações sociais, num processo acumulativo, onde seu modo de agir é resultado do processo de acumulação de sua história. Os atores têm sempre uma espécie de racionalidade, uma “lógica de ação” em suas atividades, uma motivação, derivada de “esquemas mentais” incorporados pela sua própria historicidade interiorizada e que passa a ser exteriorizado através de seus atos (BOURDIEU, 2005).

É possível perceber estas diferentes lógicas, estas diferentes formas de pensamento, através do discurso dos assentados sobre o que, para eles, é ter boa qualidade de vida.

Recuperando bem as terras a gente teria vida boa, sem recuperar as terras a gente não tem vida boa, não adianta. Porque as pessoas fora daqui, que tem recurso, produzem 170 sacos de milho por hectare e nós aqui produzindo 70-80 sacos. Como nós vamos vender no mesmo preço que eles? É essa a diferença. Então nós tínhamos que ter as terras boas pra produzir igual a eles, aí nós teríamos lucro. (ENTREVISTA N° 20).

Na verdade, em primeiro lugar vem à saúde e a amizade com todos, se dar bem com todo mundo. Que fosse bom para todos, que todos tivessem um meio de vida. Aqui nós vamos bem, mas eu vejo que muita gente gostaria de ter terra como nós e não pode. (ENTREVISTA N° 14).

O modo pelo qual os diferentes extratos da sociedade interagem com seus modelos produtivos, responde a uma racionalidade socialmente construída, sendo reflexo da maneira pela qual esta sociedade percebe os bens e riquezas contidos no meio natural e, conseqüentemente, o modo com que os indivíduos adotam uma estratégia particular de uso de seus recursos. Esta racionalidade, por sua vez, atua como diferentes visões de mundo e como diferentes paradigmas sociais. Em tempos recentes, a racionalidade do modo de produção camponês, de um lado, e do outro agroindustrial, se encontram em conflito, pois representam maneiras radicalmente diferentes de conceber, manejar e utilizar a natureza, evidenciando, cada vez mais, que as diferenças estão presentes, podendo ocorrer até mesmo dentro de grupos considerados com sendo de um mesmo modelo de produção, mas que afinal apresentam particularidades.

Estas particularidades responderam aos objetivos desta pesquisa. Analisando as formas de racionalidades que influenciam aos assentados e aos seus sistemas produtivos, e as influências sobre estas racionalidades, poderemos compreender melhor o que leva a estas diferenças entre os assentados.

Para compreender o porquê existem sistemas produtivos diferentes dentro de realidades praticamente correspondentes, partimos para a análise das racionalidades envolvidas neste processo de tomadas de decisão, visto que a racionalidade dos agricultores se manifesta como ação social na experiência destes nos contextos locais, em suas estratégias de reprodução de seus sistemas produtivos

4.1 IDENTIFICAÇÃO FAMILIAR

Para esta pesquisa foram entrevistados 42 assentados do município de Passos Maia, Santa Catarina. Onde 10 possuem maior parte da produção voltada para o mercado (Tipo 1), 10 tem sua produção destinada integralmente para a subsistência (Tipo 2), e os outros 22 assentados têm sua produção parte para mercado, parte para subsistência (Tipo 3).

Dos entrevistados 21,4% são do sexo feminino, os outros 78,6% do sexo masculino. Dos 42 entrevistados 35, (83,3%) eram agricultores antes de virem para o assentamento. Dos sete entrevistados que não eram agricultores anteriormente: um trabalhava em uma fábrica de papel e veio para o assentamento porque teria sido agricultor quando mais novo. Outro também trabalhava em fábricas, mas veio para a agricultura porque tinha “medo dos assaltos”

e como tinha um irmão no interior, decidiu vir pro interior também. Em outra família entrevistada, marido e mulher trabalhavam como funcionários públicos, mas os pais eram agricultores e tinham a posse do lote, de quem o filho comprou por gostar da agricultura. Outro entrevistado trabalhava numa serraria, veio para a agricultura pra poder ter “pro gasto”. Outro ainda trabalhava por empreitada, e está no assentamento trabalhando com agricultura “porque ganharam a terra”. Outro entrevistado respondeu que trabalhavam em um frigorífico e mudaram para a agricultura porque não queriam mais ser empregados. E, por fim, um respondeu que anteriormente era pedreiro, seus pais eram agricultores, porém quando se casou teve que ir trabalhar na cidade.

Dos 42 entrevistados, 66,7% (28) afirmam terem sido assentados pelo MST/INCRA, os 33,3% restantes (14) relatam terem comprado o lote de outros. Esta situação de compra e/ou venda de lotes é citada por INCRA (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2006a) como um processo de incorporação que embora irregular, ocorreu significativamente até meados de 2003.

Como dito anteriormente, de todos os entrevistados apenas nove eram do sexo feminino, entretanto, quando perguntados sobre quem seria o responsável pelo estabelecimento, foram apontados apenas duas pessoas do sexo feminino (Tabela 1).

Tabela 1 – Gênero dos entrevistados e dos responsáveis pela propriedade

	Entrevistados	Responsáveis pela propriedade*
Masculino	78,57%	95,24%
Feminino	21,43%	4,76%
Total	100%	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Nota: (*) Entre os responsáveis incluem-se muitos dos entrevistados.

Isso mostra como há predominância do sexo masculino no que se refere ao comando da propriedade, visto que das duas mulheres apontadas como responsáveis, uma era a dona do lote, solteira, que convive apenas com seu sobrinho, e somente a outra convive com seu marido e filhos na propriedade, esta, porém é atuante politicamente, sendo suplente de

vereador e também é apontada como coordenadora de núcleo¹ da comunidade, fatos que demonstram seu perfil mais atuante.

Com relação às famílias entrevistadas, a faixa de idade dos responsáveis situa-se entre 22 e 74 anos, sendo a média de idade de 48 anos. No que diz respeito a escolaridade dos entrevistados, a metade destes (50%) declaram ter estudado até a 4^o série do ensino fundamental, três declararam não terem nunca estudado, e apenas outros três continuam estudando, um na sétima série do ensino fundamental e outros dois no ensino médio. No que se refere à ocupação dos responsáveis (Tabela 2) 29 (69,04%) declaram trabalhar integralmente na unidade de produção (UP), oito (19,04%) trabalham em tempo parcial dentro e fora da UP, três (7,14%) trabalham tempo parcial na UP e realizam trabalho doméstico e dois (4,76%) dos responsáveis trabalham em tempo integral fora da UP.

Tabela 2 – Tempo de trabalho dos responsáveis pela propriedade

Tempo de trabalho	Quantidade
Tempo integral na UP	29
Tempo parcial: trabalha dentro e fora da UP	08
Tempo parcial na UP + trabalho doméstico	03
Tempo integral fora da UP	02
Total	42

Fonte: Elaborada pela autora.

Neste universo de pesquisa, mais da metade (69,05%) dedicam-se exclusivamente aos trabalhos relativos à propriedade agrícola e situam-se numa média de 51 anos, as pessoas apontadas como responsáveis e que realizam alguma atividade fora da propriedade, que traga remuneração (tempo parcial ou integral), possuem idade entre 24 e 49 anos, com média de 38 anos. Esta menor média de idade possivelmente explique a situação, onde os mais novos se “sujeitam” mais, são até mesmo fisicamente mais aptos a procurar e trabalhar por diferentes fontes de renda para a família.

Dos 42 entrevistados, 38 (90,47%) declaram estar casados, dois afirmam estarem solteiros e outros dois são viúvos. A faixa etária das esposas situa-se entre 20 e 67 anos. Dos 38 cônjuges, dois trabalham em tempo integral fora da UP, realizam suas atividades no município, dois trabalham em tempo integral na UP, cinco declaram trabalhar em tempo

¹ Os coordenadores de núcleo possuem um papel fundamental para a organização social, sua função implica no acompanhamento das famílias, é também o representante da população perante a assessoria técnica.

parcial dentro e fora da UP, e 29 (69,04%) afirmam auxiliarem nas atividades agrícolas, mas também se dedicam aos afazeres domésticos. Em relação a esta temática de gênero e trabalho, têm-se diferentes referenciais epistemológicos, que convergem sobre o fato de que o trabalho é valorizado a partir de significados atribuídos histórica e culturalmente ao feminino e ao masculino em contextos sociais específicos (SALVARO, 2003).

Das pessoas entrevistadas, quatro declararam não ter filhos, entretanto a média das outras 38 famílias é de 3,7 filhos(as) por família (Tabela 3).

Tabela 3 – Porcentagem de filhos(as) residindo dentro e fora da UP

Filhos(as) que residem na propriedade		Filhos(as) que residem fora da propriedade	
48% (67)		52% (73)	
Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
57,97% (39)	42,03% (28)	45,83% (34)	54,17% (39)

Fonte: Elaborada pela autora.

Com relação ao êxodo rural, Abramovay (1999, p. 6) demonstra que “os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens e em seu interior o peso das moças é superior ao dos rapazes”. Este mesmo autor diz que não existem informações seguras sobre a forma como esta população migrante se integra ao ambiente urbano a que chega (Tabela 4).

Tabela 4 – Porcentagem de filho(as) residindo no meio urbano ou rural

Masculino		Feminino	
Cidade	Meio rural	Cidade	Meio rural
72,7% (53)	27,3% (20)	66,6% (45)	33,3% (22)

Fonte: Elaborada pela autora.

Nos assentamentos estudados verifica-se que a média de idade dos 48% dos filhos(as) que permanecem na propriedade é de 14,5 anos, dos que residem fora da propriedade a média de idade é de 27,3 anos. Este equilíbrio entre o número de filhos que permanecem e saem da

propriedade em geral, se deve ao fato de que os que ainda residem na propriedade o façam por serem menores de idade, freqüentando a escola, sem idade para casar ou para trabalhar fora.

Com relação à origem étnica dos pais do responsável: destaca-se os 33,3% (14) que declararam que os pais são de origem cabocla;² 30,9% (13) que afirmam que os pais são de origem italiana. Cinco dos responsáveis declararam ser de origem brasileira e italiana; três de origem brasileira e alemã; dois de origem alemã; um de origem polonesa; um de origem indígena; um de origem brasileira e indígena; um de origem italiana e alemã; e outro de origem brasileira, portuguesa, italiana e alemã.

Estes dados confirmam o que foi relatado no início deste trabalho, sobre a grande presença nos assentamentos de indivíduos de origem brasileira, (com 33,3% dos responsáveis). Dentre os assentados pelo MST/INCRA, a maioria (64,28%) afirma ter alguma ascendência brasileira. Dos demais, três são de origem brasileira, sete possuem ascendência italiana, dois com ascendência italiana e brasileira e dois com ascendência alemã e brasileira.

4.2 PRÁTICAS PRODUTIVAS

A média da área total utilizada pelos assentados entrevistados é de 21,02 hectares, entretanto a média de área própria fica em 18,48 hectares (Figura 9). Apenas 9 propriedades apresentam a área utilizada maior que a área própria, sendo que os dois maiores acréscimos de terra são de 55,5ha e 17ha, as outras 7 propriedades acrescentam de 10ha pra menos. Dos quatro que tiveram mudança fundiária pelo acréscimo da área, apenas um foi assentado pelo MST/INCRA, os outros três são compradores de lote.

² A atual classificação do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é a tomada como oficial desde 1991, e tem como diretriz, essencialmente, o fato de a coleta de dados se basear na autodeclaração, ou seja, a pessoa escolhe entre cinco opções: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Entretanto, para este trabalho optou-se pela classificação de origem étnica através da autodeclaração dos entrevistados em: caboclo (brasileiro), indígena, ascendência italiana, alemã, polonesa, etc.

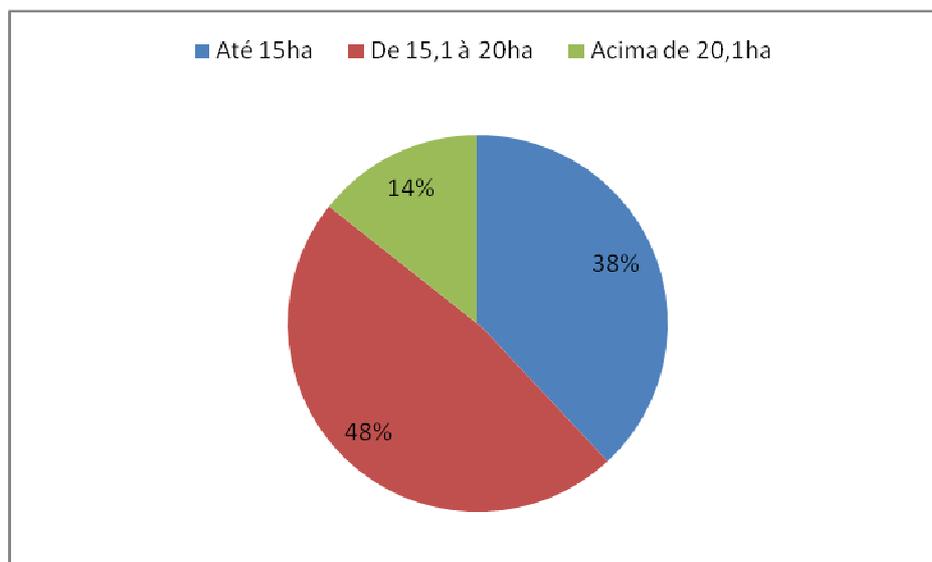


Figura 9 – Distribuição do total das áreas próprias dos assentados em hectares

Fonte: Elaborada pela autora.

Do total de área própria, 44,7% são destinados a lavoura temporária, 15% à lavoura permanente, 1,8% a horta e pomar, 2,1% à área de mata plantada, 14,5% destinada a mata natural, 4% à pastagem plantada, 5,5% à pastagem natural, 1,6% do total da área própria encontra-se em pousio, para as benfeitorias são destinados 3,8% do total e 7% restantes são áreas sem uso (Figura 10).

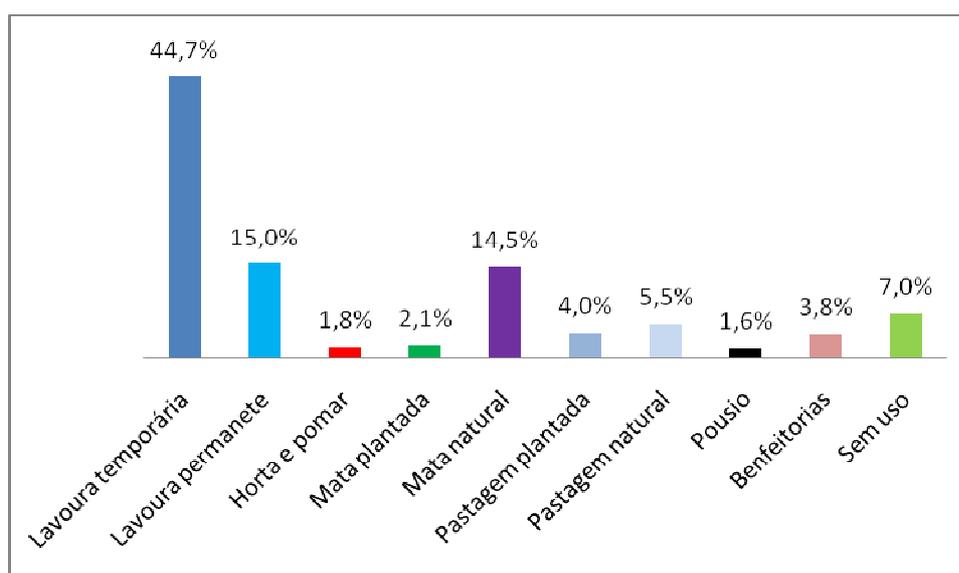


Figura 10 – Distribuição das áreas próprias - lotes assentamentos Passos Maia

Fonte: Elaborada pela autora.

Nenhum dos assentados realiza atividades em integração com empresas tanto fumageiras, como de aves e/ou suínos. Um dos motivos pelo qual o sistema de integração não ocorre é pela falta do título da terra, sem o qual as empresas integradoras não fornecem o financiamento para as estruturas necessárias a cada atividade. A integração com empresas foi citada por alguns assentados como uma boa opção para ajudar a desenvolver a propriedade, como uma fonte de renda com maiores garantias apesar da “dependência” que pode ocorrer, creditaram ainda a integração à possibilidade de, desta forma, conseguir manter os filhos(as) na propriedade.

Nós temos um filho que final do ano que vem acaba os estudos, falta um ano e meio, se ele pudesse ficar trabalhando aqui em casa com a gente, seria muito bom, mas aí nós teríamos que aumentar as atividades, colocar um aviário ou chiqueiro de porco, ou aumentar muito o número de vacas, mas não temos muita terra pra estar aumentando. (ENTREVISTA N°30).

Das principais atividades realizadas nas propriedades (Tabela 5) destacam-se os 21,4% (9) que afirmam ter a atividade de leite como a principal; outro entrevistado (2,4%) afirma que a principal atividade é a produção de leite e carvão; outro (2,4%) afirma ser a produção de leite, mas com importância também para o mel; 2,4% (1) diz que o leite, grãos e carvão é o principal da produção. 23,8% (10) afirmam ter atividade de grãos como a principal; 19% (8) afirmam que o leite e grãos têm igual importância para a propriedade; 4,8% (2) escolheram grãos e carvão; 2,4% (1) atividade de grãos e erva-mate; 4,8% (2) a produção de grãos, arroz e mandioca como o principal da propriedade; um entrevistado (2,4%) afirmou ter grãos, carvão e suinocultura como principais; 2,4% (1) produção de queijo e venda de criações; 2,4% (1) produção “pro gasto” é a principal atividade; 2,4% (1) fruticultura e outros 7,1% (3) afirmam que a principal atividade é somente o carvão.

Tabela 5 – Principais atividades desenvolvidas nas propriedades

Atividades	Porcentagem
Leite	21,4% (09)
Grãos	23,8% (10)
Carvão	7,1% (03)
Fruticultura	2,4% (01)
Leite e grãos	19,0% (08)
Leite e carvão	2,4% (01)
Leite e Mel	2,4% (01)
Queijo e criações	2,4% (01)
Grãos e carvão	4,8% (02)
Grãos e erva mate	2,4% (01)
Só pro gasto	2,4% (01)
Leite, grãos, carvão	2,4% (01)
Grãos, carvão e suinocultura	2,4% (01)
Grãos, arroz e mandioca	4,8% (02)
Total	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

Quando analisados separadamente, nove dos assentados do tipo 1 tem a produção de leite e grãos como principal atividade da propriedade, apenas um deste tipo trabalha com fruticultura. Do tipo 2, apenas quatro indicaram a produção de grãos e leite, o restante dividem-se entre a produção de carvão, arroz, mandioca e criações. Os assentados do tipo 3 possuem a maior diversidade de atividades, talvez pelo fato de ter um número maior de entrevistados, entretanto demonstra como este tipo encontra-se em fase de transição, apresentando características diversas.

Dufumier (1996³ apud MIGUEL et al., 2006), considera como componentes de um sistema de produção as atividades de transformação e conservação de produtos animais, vegetais e florestais, assim como as atividades não-agrícolas. O conceito de sistema de produção para Miguel et al. (2006), pode ser definido como a combinação, no espaço e no tempo, de certas quantidades de força de trabalho (familiar, assalariado, etc.) e de distintos meios de produção (terra, máquinas, sementes, etc.) com a intenção de obter diferentes produções agrícolas ou mesmo não-agrícolas.

Todos afirmam que a mão-de-obra na propriedade é inteiramente familiar. Ninguém possui empregados permanentes, porém 35,7% (15) afirmam necessitar do auxílio de

³ DUFUMIER, M. *Les projets de développement agricole*. Paris: Éditions KARTHALA-CTA, 1996. 354p.

empregados temporários. Destes, 40% (6) utilizam de 15 a até 40 empregados temporários por ano, e 60% (9) utilizam de um a cinco empregados temporários em média, no ano. A diferença entre os tipos está na quantidade de empregados temporários: dos assentados do tipo 2, seis não utilizam a mão-de-obra de empregados temporários, o restante fica com a média de 2,5 empregados; já os do tipo 1, quatro não utilizam mão-de-obra de empregados temporários, mas a média dos que utilizam fica em 14,6 empregados.

Realizam troca de dias 71,4%, em média de 18,1 dias de troca por família em um ano. Apenas 16,6% afirmam participar de mutirões, numa média de três dias por ano.

A participação em atividades como a troca de dias e mutirão vêm decaindo. Alguns assentados dizem que no início do assentamento, ou ainda nos acampamentos, essas atividades eram mais solicitadas e vistas com mais importância, as coisas eram mais difíceis que atualmente e as famílias eram mais unidas.

De todos os entrevistados 69% (29) gostariam produzir mais para venda, apenas 4,7% (2) gostariam de produzir mais para consumo e 26,1% (11) afirma estar satisfeito com a sua produção. Todos os 4,7% que gostariam de aumentar a produção de consumo são agricultores que compraram o lote. De todos os entrevistados apenas 5 (11,9%) afirmam tirar mais de uma safra por ano da mesma área.

Com relação à horta e pomar, 95,2% (40) afirmam destinar uma área da propriedade para horta, destes, 72,5% acreditam que a horta é suficiente para atender as necessidades da família em relação a verduras e legumes, 27,5% afirmam que a horta é insuficiente e que precisam recorrer a compra em supermercados e/ou vendedores. A média de espécies cultivadas entre os que têm horta fica em 12,9 espécies. Quanto ao pomar, 88% destinam uma área para seu cultivo e destes, 89,1% afirmam que o pomar não é suficiente para atender as necessidades da família, tendo que recorrer a compra de frutas. A justificativa quanto a insuficiência dos pomares é de que a região não é propícia para o cultivo de espécies “de espinho” (limão, laranjeira, bergamota). Entre os que possuem pomar a média fica em 5,2 espécies.

Apenas uma pequena parcela dos entrevistados (Tabela 6) continuam a utilizar o que comumente é chamado de sementes “crioulas”, sementes de variedades antigas, passadas de geração à geração, com valor cultural e simbólico. Alguns utilizam sementes de origem interna, entretanto, estas não são necessariamente crioulas. Essa pequena porcentagem demonstra como o avanço da tecnologia através da utilização de sementes selecionadas, híbridas, modificadas geneticamente, etc. vem abrindo espaço entre as antigas técnicas de cultivo.

Tabela 6 – Origem das sementes que utiliza na propriedade

Qual origem das sementes que utiliza	Número assentados
Utiliza semente de origem externa	28 (66,67%)
Utiliza semente de origem interna	6 (14,29%)
Sementes de origem externa e interna	8 (19,05%)
Total	42 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora.

Apesar do número de entrevistados do tipo 1 que utiliza sementes de origem externa à propriedade ser maior, a diferença não é significativa, (7 assentados do tipo 1 e 5 assentados do tipo 2), demonstrando como esta prática de conservar variedades de sementes está se perdendo independentemente do direcionamento do sistema produtivo.

Quanto à utilização de insumos agrícolas, os herbicidas são os mais utilizados dentre os agrotóxicos, com baixa utilização de inseticidas e fungicidas, 32 (76,19%) afirmam fazer uso de corretivos, como o calcário para recuperação e/ou manutenção da fertilidade do solo. O uso de fertilizantes inorgânicos como uréia, nitrato de amônia e NPK é relativamente menor, com 43,86% afirmando utilizá-los.

Tabela 7 – Uso de insumos agrícolas pelos assentados(as)

Insumos agrícolas utilizados	Sim (%)	Não (%)
Sal mineral e/ou comum	85,71%	14,29%
Fungicidas	21,43%	78,57%
Herbicidas	83,33%	16,67%
Inseticidas	16,67%	83,33%
Corretivo/calcário	76,19%	23,81%
Fertilizantes inorgânicos	42,86%	57,14%
Medicamentos veterinários	85,71%	14,29%
Medicamentos homeopáticos	16,67%	83,33%

Fonte: Elaborada pela autora.

Analisando separadamente os tipos, se destaca a utilização de calcário, apenas um assentado do tipo 1 afirma não utilizá-lo, entretanto, do tipo 2 são seis que não utilizam. Quanto à utilização de maquinários agrícolas, apenas 16,6% (7) possuem trator próprio, 7,2% (3) afirmam não possuir/utilizar e os 76,2% (32) restantes recorrem ao aluguel de horas de

trator. Dos que possuem trator, seis pertencem ao tipo 1, apenas um é do tipo 3. O direcionamento pelo lucro, através da maior dedicação a atividades que gerem produtos para a venda conduz ao maior uso de tecnologias, cada vez mais modernizadoras.

Apenas um assentado realizava antes e continua realizando curva de nível após vir para o assentamento, é do tipo 1, quatro entrevistados realizavam curva de nível apenas antes de virem para o assentamento, e seis passaram a utilizar esta técnica somente após terem sido assentados. Quanto à rotação de culturas, 28,6% (12) afirmam que a técnica foi e continua sendo utilizada, antes e depois de serem assentados, porém 33,3% (14) dos entrevistados afirmam que passaram a fazer rotação de culturas apenas após serem assentados. Com relação a queimadas, 16,7% (7) afirmam utilizar esta prática na propriedade. Quanto à adubação verde 76,2% (32) afirmam realizá-la, metade destes passou a realizar esta prática após ser assentado. A adubação orgânica 64,2% (27) utilizam. Sobre a prática do plantio direto, 26,2% (11) declararam que a praticavam antes de se estabelecerem no assentamento e continuam realizando, 52,4% (22) afirmam que passaram a utilizar esta pratica após serem assentados e 21,4% (9) não a utilizavam antes e nem atualmente, destes nove, seis são do tipo 2. Do tipo 2 nenhum entrevistado faz/utiliza silagem, apenas 10 a utilizam, sendo 7 do tipo 1, e três assentados do tipo 3. Esterco na lavoura, 42,8% dos entrevistados afirmaram utilizar.

4.2.1 Rendas

A renda é um dos principais indicadores das diferenças entre os tipos. Para a composição deste dado, somamos a renda obtida pelos assentados com a venda de produtos agrícolas (vegetais, animais e seus derivados) descontando os custos da produção – caso houvesse –, a renda das transferências sociais (aposentadoria, pensões, bolsa família e cesta básica), a renda obtida com trabalhos fora da propriedade e os valores economizados com a produção para a subsistência (Figura 11).

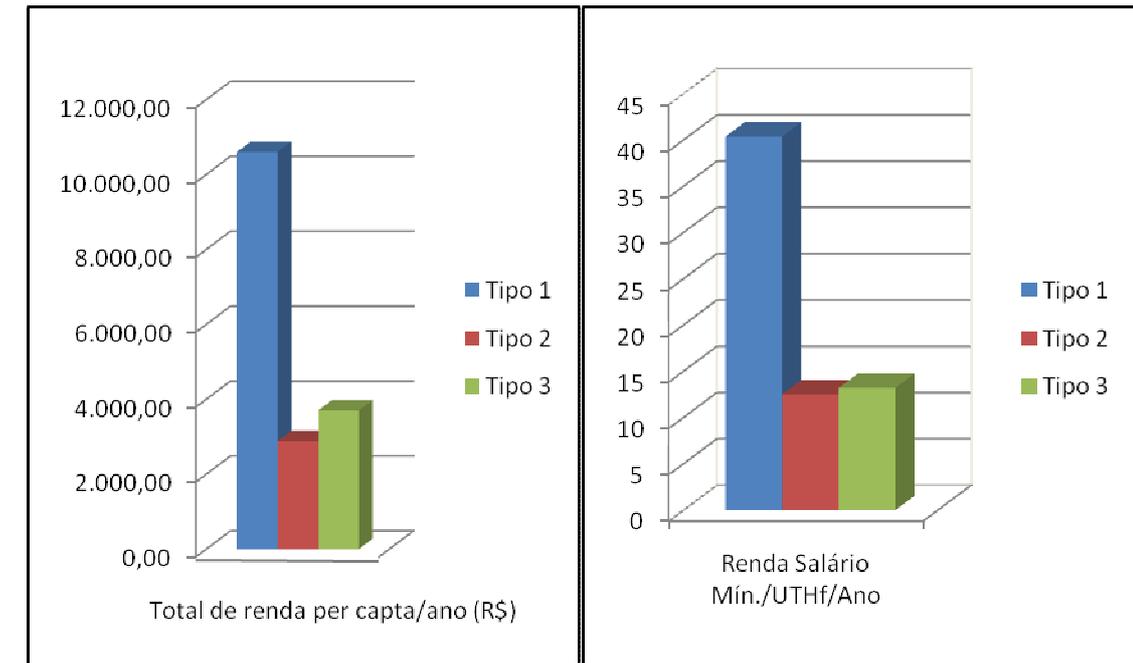


Figura 11 – Total de renda per capita/ano e renda em salários mínimos/UTHf/ano

Fonte: Elaborada pela autora.

Há diferenças de renda entre os três tipos estudados. A média de renda per capita das famílias do tipo 1 é de R\$ 10.598,69; a média do tipo 2 ficou em R\$ 2.879,66 e a média do tipo 3 é de R\$ 3.699,27. A mesma diferença ocorre em relação à renda das famílias medida através da renda em salários mínimos por UTHf (Unidade de Trabalho Homem familiar).

Um dos motivos que explica essas diferenças entre os tipos está na quantidade de terra utilizada de cada propriedade, que se refere à soma das áreas de lavoura temporária, lavoura permanente, horta e pomar, pastagem plantada, pastagem nativa e a área de mata plantada caso seja reflorestamento de Pinus e/ou Eucalipto. No gráfico a seguir (Figura 12) trazemos a média de área agrícola utilizada nas propriedades por tipo. O tipo 1, com maior renda, possui também a maior média de hectares utilizados, o que nos traz a lógica de que quanto mais área utilizada, maior a renda da propriedade.

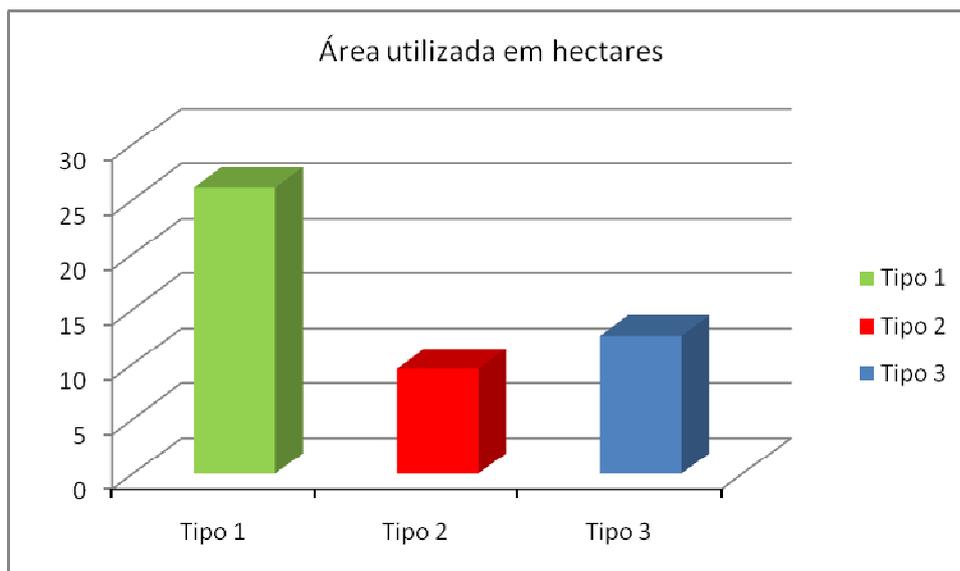


Figura 12 – Média das áreas agrícolas utilizadas em hectares

Fonte: Elaborada pela autora.

Dos entrevistados 85,7% (36) afirmam ter outras rendas além da provinda das atividades agrícolas em sua propriedade, oito destes com mais de uma fonte de renda não agrícola, a maioria de aposentadorias e bolsa família.

4.2.2 Crédito Rural

Em relação à utilização de crédito rural (Tabela 8), 76,2% (32) dos assentados afirmam utilizá-lo.

Tabela 8 – Utilização de crédito rural

		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Utiliza crédito rural	Sim	7	8	17
	Não	3	2	5
Total		10	10	22

Fonte: Elaborada pela autora.

Mais assentados do tipo 2 afirmam utilizar crédito rural, o que de certa forma surpreende, visto que pela pré-categorização se esperava que os assentados do tipo 1 utilizassem em maior número o crédito rural. Quando analisadas as entrevistas gravadas é possível perceber que os três assentados do tipo 1 que não utilizam crédito afirmam que isto ocorre porque não há necessidade de utilizá-lo, conseguem realizar as atividades da propriedade com recursos próprios.

A maior diferença quanto à utilização de crédito, porém, está na situação do pagamento (Tabela 9).

Tabela 9 – Situação do pagamento do crédito

		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Como está a situação do pagamento do crédito	Não se aplica	3	2	5
	Adimplente	7	2	10
	Inadimplente	0	6	7
Total		10	10	22

Fonte: Elaborada pela autora.

Todos os assentados do tipo 1, que utilizam o crédito rural, estão adimplentes, do tipo 3, mais da metade está adimplente, do tipo 2, seis encontram-se inadimplentes. Assentados que destinam pouco ou nada da sua produção para a venda possuem maiores dificuldades nos aspectos econômicos, a falta de retorno financeiro dificulta o pagamento do crédito.

Segundo relatado pelo INCRA (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2006b, p. 124), um detalhe importante “é que na maioria dos casos as pessoas que estão adimplentes são posteriores à criação do assentamento, são compradores de lotes, que possivelmente chegaram ao assentamento com melhores condições financeiras e com bons conhecimentos de agropecuária”. A situação de inadimplência é citada pelos representantes da COOPTRASC como um dos motivos para muitos assentados não conseguirem se desenvolver economicamente, visto que não conseguiram se capitalizar e investir na propriedade.

O problema da inadimplência vem se agravando desde o início dos assentamentos. A princípio, eram destinadas duas modalidades de crédito aos assentados: o Crédito Implantação

e o PROCERA.⁴ Os recursos vindos do governo federal através do PROCERA (Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária) tinham o objetivo de aumentar a produção e produtividade agrícolas nos assentamentos, para permitir a “emancipação” dos assentados. Emancipação que segundo Rezende (1999, p. 17) supõe que “[...] a atividade agrícola do assentado tenha se tornado viável economicamente, gerando renda capaz de satisfazer as necessidades do agricultor e sua família, e assim permitir uma poupança necessária para novos investimentos e contínua modernização produtiva”. Este recurso acabou sendo caracterizado por parte dos assentados como um recurso que não precisaria ser pago. Assim como o crédito Implantação, que é dividido em crédito alimentação, crédito fomento e crédito habitação, que tinham como objetivo suprir as necessidades mais prioritárias após o estabelecimento da família no lote (alimentação, moradia, ferramentas, equipamentos, insumos, animais, etc.). Estas duas modalidades de crédito, geralmente destinados à compra imediata de bens de consumo, para produção de subsistência, e não para investimento produtivo a longo prazo, juntamente com o exemplo de sucessivas prorrogações de dívidas passadas agravaram o endividamento das famílias assentadas.

4.3 RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE

Dos principais itens analisado durante a pesquisa estão os aspectos que envolvem as relações de sociabilidade desempenhadas pelos agricultores, relações destes com a comunidade, com a assistência técnica e entre vizinhos.

4.3.1 Vida em Comunidade

Conforme demonstrado na tabela a seguir, (Tabela 10) a vida comunitária no assentamento é melhor para 30,9% (13) dos entrevistados, porém para esta mesma porcentagem a vida em comunidade é pior atualmente. Estes dados, juntamente com os 35,7% (15) que declaram que a vida em comunidade continua a mesma coisa, mostram que para a

⁴ O PROCERA em 1995 foi substituído pelo PRONAF.

maioria dos assentados, não houve grandes mudanças nas relações de comunidade em comparação com a vida que levavam antes de virem para o assentamento, apenas um não soube responder a pergunta.

Tabela 10 – Mudanças nos hábitos alimentares, saúde, vida comunitária e de relação de amizades com os vizinhos no assentamento

	Alimentação	Vida comunitária	Saúde	Relação vizinhos
Melhor	61,9% (26)	31,0% (13)	54,8% (23)	35,6% (15)
Mesma coisa	33,3% (14)	35,6% (15)	28,6% (12)	54,8% (23)
Pior	4,8% (02)	31,0% (13)	16,6% (07)	9,6% (04)
Não sabe	-	2,4% (01)	-	-
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: Elaborada pela autora.

A vida comunitária no assentamento desde a sua criação está igual para 30% dos entrevistados, para outros 30% atualmente a vida comunitária é melhor, participam mais, têm mais amigos. Entretanto para o restante (40%), a vida comunitária atual é pior por motivos de: saída de alguns assentados e, por conseguinte a entrada de novos que nem sempre correspondem ao esperado; pelo maior número de comunidades, que acaba dividindo as famílias em núcleos menores e o fato de que no início dos assentamentos a participação das famílias era mais freqüente.

4.3.2 Participação em organizações

Todos declararam serem católicos, participantes das atividades relacionadas à igreja. Apenas 14,3% (6) afirmaram participar de associação de agricultores: três destes, do tipo 3, dois do tipo 1 e um do tipo 2; a participação em cooperativas é maior: 78,6% (33) afirmam participar, dos nove que não participam quatro são do tipo 3, três são do tipo 2 e dois são do tipo 1. Apenas dois assentados disseram não participar do núcleo do assentamento, um categorizado como tipo 2 e outro do tipo 1. Do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, 19% (8) não participam e 14,3% (6) não participam da brigada do MST, sem diferenças significativas

entre os tipos categorizados. Esses dados demonstram que o direcionamento da produção não influencia na participação destes agricultores em associações, cooperativas, núcleos, sindicato e na brigada do MST.

Dos 42 entrevistados, 36 (85,7%) afirmaram participar da Brigada do MST, e 40 (95,2) afirmaram participar do núcleo de seu assentamento, entretanto quando perguntados sobre a satisfação em participar das reuniões de núcleo e brigada, 35,7% (15) responderam que não gostam de ir às reuniões/encontros e 64,3% (27) responderam gostar (Tabela 11).

Tabela 11 – Participação em reuniões/encontros

		Gosta de participar		Total
		Sim	Não	
A produção agrícola é	Integralmente ou maior parte para o mercado	04	06	10
	Integralmente ou maior parte para subsistência	08	02	10
	Mercado e consumo igualmente	15	07	22
Total		27	15	42

Fonte: Elaborada pela autora.

Não tem vantagem, mas dependemos da participação para conseguir financiamento. (ENTREVISTA N° 36).

Não ganha muito, vamos obrigado; os assuntos não são legais; as coisas não mudam. (ENTREVISTA N° 24).

É importante, serve para discutir, conversar. (ENTREVISTA N° 13).

É bom pra pegar as informações, o mais legal é quando vem notícia boa, quando é uma pessoa que fala a verdade. (ENTREVISTA N° 17).

4.3.3 Relações de vizinhança

A relação mais específica entre vizinhos é pior apenas para 9,6% (4), é a mesma coisa para 54,8% (23), e é atualmente melhor para 35,7% (15), que demonstra a satisfação de muitos quanto as suas relações de vizinhança. Porém, quando analisados os dados obtidos através da entrevista gravada, constatam-se maiores queixas quanto às relações de vizinhança.

Aqui o que modifica é a compra do lote, porque aí já não é mais a mesma pessoa, não é igual ao outro que estava antes, e às vezes vêm pessoas que são contra nós, que não conhecem nada do MST, já chegam contrariando, nada pra ele está bom, isso dificulta muito o trabalho. (ENTREVISTA N° 1).

[...]. Eu acho que um pouco é por causa da televisão, a televisão mudou bastante o ritmo de nós vivermos aqui entre vizinhos, quando não tinha televisão todos se visitavam a noite, faziam serão na casa do outro, de dia ia pra conversar. Agora, por causa da televisão todo mundo tem compromisso, não se visitam mais. (ENTREVISTA N° 30).

Um dos principais aspectos levantados durante a pesquisa foi à influência que as mudanças nos sistemas produtivos trazem para as relações entre vizinhos. Dos 42 entrevistados, 17 (40,48%) responderam que modificar algo no sistema produtivo não interfere nas relações entre os vizinhos, não importando se um agricultor produz mais, encontra-se melhor economicamente, etc. “Não importa se um tem mais ou menos, tudo mesma coisa” (ENTREVISTA N° 8).

Para outros 17 (40,4%) entrevistados a modificação do sistema produtivo por parte de algum dos assentados não influencia especificamente nas relações sociais com este, o que pode ocorrer é a influência nos sistemas produtivos dos assentados vizinhos. Para estes 40,4% os vizinhos influenciaram de alguma forma seus sistemas produtivos, incentivando a produzir determinado produto ou pelo exemplo de como produzi-lo e seus benefícios.

Optei pelo leite porque vi um dos vizinhos fazendo. (ENTREVISTA N° 38).

Nós precisávamos passar uma máquina num pedaço ali, que nós não íamos ceder pra eles [vizinho], mas ele cede à máquina dele porque nós plantamos junto, aí se ele não ceder à máquina, nós tiramos o pedaço dele, tudo vai fortalecendo a amizade. Às vezes tem pessoa que diz: *mas se pra vocês deu certo eu vou fazer também*. Por que eu produzo 50 litros de leite por dia, só com aqueles pastinhos, foi pasto que os técnicos mexeram e deu certo, aí eles fazem também. Já aconteceu de virem fazer reunião aqui na minha casa pra pessoa ver o pasto, essas coisas, *eles vem aqui aprender pra fazer também lá no deles*. (ENTREVISTA N°37, grifo nosso).

Seis entrevistados não souberam responder a pergunta. Dois, porém, consideram ruim a relação com os vizinhos, onde a compra do lote dificultou as relações sociais entre estes, por faltar participação dos novos assentados e pelas críticas feitas ao movimento por aqueles compradores que acabam participando.

Teve quem comprou o lote, mas a dificuldade que eu vejo que muitas vezes quem comprou não quer contribuir com a organização, porque eles não dependeram de ser acampado pra ganhar a terra, eles tiraram dinheiro do bolso e pagaram, só que em termos de amizade é tranquilo. (Entrevista n°01).

Um dos entrevistados respondeu que a maior influência nas relações de vizinhança é poder arrendar a terra dos assentados que não conseguem ter lucro com a produção, neste aspecto, ser bem relacionado com os outros assentados é importante para conseguir o arrendamento.

Quando analisadas as entrevistas gravadas, percebe-se maior demonstração de relações mal sucedidas entre vizinhos, mas nunca relacionada a este vizinho ir melhor financeiramente ou por mudanças em seu sistema de produção. Grande parte dos mal entendidos ocorre pelas diferenças culturais entre as famílias.

O pessoal aqui é mal acostumado, se cair uma folha de *Brasilite* e o prefeito não der, eles não trocam. E nós não estamos acostumados desse jeito, nós fazemos tudo que precisa e eles não. Desde juntar pedra, o pessoal aqui não faz isso, eles nos viam juntando pedra e chamavam de gringo burro, as pedras nós colocamos dentro de um buraco e elas não incomodam mais, mas eles não fazem isso. (ENTREVISTA n° 32).

Os vizinhos são gente boa, tão sempre tranquilos, não se metem na vida de ninguém, só que eles não trabalham. Nós plantamos mandioca junto com eles, feijão, milho, até moranga eles comem da nossa roça, e nem se importam, estão sempre felizes desse jeito. (ENTREVISTA n°23).

Os conflitos que surgem entre os assentados devido às diferenças culturais ocorrem com maior frequência do que conflitos por mudanças nos sistemas produtivos. Estes conflitos por diferenças culturais ocorrem na região desde o início da colonização, como relatado anteriormente, onde a presença de determinados grupos, como os caboclos, foi ignorada, bem como sua economia de subsistência, que não atendia às exigências da economia mercantilista dos colonos. Estes fatores são provavelmente os mesmos que levam aos conflitos do presente, visto que nos assentamentos há convivência entre famílias de origens e culturas diferentes.

Alguns entrevistados não compreendem o modo de vida de outras famílias, suas relações com a terra, trabalho, comunidade, e principalmente a maneira de lidar com os recursos financeiros.

[...] eles [*vizinhos*] não sabem se administrar, colhem o feijão e gastam todo o dinheiro trocando de carro, ao invés de comprar criação. Eu sempre digo: a safra foi boa, devolva pra terra um pouco, coloque calcário. O ano passado deu uma safra boa de feijão, ganharam até R\$180,00 por saca, teve gente que nunca viu tanto dinheiro, mas eles nunca investem nada na terra, assim a terra não ajuda. (ENTREVISTA N° 32).

Outros demonstram certa indignação por algumas situações que ocorrem com outras famílias assentadas, que não se preocupam em plantar, em criar animais nem mesmo para consumo próprio.

Ontem eu estava em um curso em Passos Maia, aí eu contei pro meu marido da quantia de cesta básica que chegou, aí contei às coisas que vinha na cesta, carne, repolho, fruta, banana. Aí meu marido disse: até carne vem? Carne de gado, será que precisa? Morando na roça... porque essas cestas são todas para o pessoal dos assentamentos. (ENTREVISTA N° 19).

4.4 A MEDIAÇÃO

Quando perguntados se algo no sistema produtivo de suas propriedades havia melhorado após terem vindo para o assentamento (Tabela 12). Para a maioria o sistema produtivo foi melhorado de alguma forma.

Tabela 12 – Melhorias no sistema produtivo no assentamento

Melhorou algo no sistema produtivo após ser assentado	Quant.
Não se aplica/não era agricultor	07 (16,67%)
Sim	31 (73,81%)
Não	04 (9,52%)
Total	42 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora.

Com relação às quais mudanças ocorreram: 35,7% (15) responderam que estão relacionadas ao uso e manejo do solo; 14,3% (6), passaram a vender e comprar mais coisas; 11,9% (5) diversificaram culturas; 7,1% (3) afirmam que as mudanças estão relacionadas ao

uso de crédito e/ou insumos; um entrevistado citou o arrendamento de terra como mudança; e para outro a mudança ocorreu porque passou a plantar mais árvores. Quanto às influências nestas modificações (Tabela 13), foram citados os seguintes itens:

Tabela 13 – Influências nas modificações no sistema produtivo

Influências no sistema produtivo	Quant.
Não se aplica	11 (26,19%)
Apoio financeiro	11 (26,19%)
Apoio técnico/assistência	05 (11,90%)
Não sabe	02 (4,76%)
Apoio do governo	01 (2,38%)
Por conta própria	08 (19,05%)
O surgimento das cooperativas de leite	01 (2,38%)
O tipo da terra	03 (7,14%)
Total	42 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora.

O apoio financeiro foi o item mais indicado como influência para mudanças nos sistemas produtivos. A influência da assistência técnica ficou abaixo das modificações realizadas por conta própria pelos assentados. Entretanto, quando perguntados especificamente se a mediação influenciou de alguma forma na produção, 16 (38,1%) responderam sim, principalmente em relação a pastagens e leite.

Dos nove assentados que afirmaram receber assistência técnica antes de se mudarem para o assentamento, quatro são do tipo 1 e cinco do tipo 3 (Tabela 14). Isso demonstra o maior acesso a informações por parte dos agricultores que produzem para venda, que estão sempre em busca de técnicas que possibilitem o aumento da produção, ou a troca por produtos mais rentáveis.

Tabela 14 – Assistência técnica antes de ser assentado

		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Recebia assistência técnica antes de ser assentado	Não se aplica	1	4	2
	Sim	4	0	5
	Não	5	6	15
Total		10	10	22

Fonte: Elaborada pela autora.

Entretanto, atualmente 81% (34) dos entrevistados recebem assistência técnica (Tabela 15). Talvez estes números não expressem significativamente as diferenças, devido à pequena amostra de cada tipo, mas apesar do elevado aumento das famílias que passaram a receber assistência, há, da mesma forma que anteriormente, diferenças entre os tipos categorizados. O tipo 2, voltado à subsistência, novamente tem menos famílias recebendo assistência que os demais.

Tabela 15 – Recebe assistência técnica atualmente

		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Recebe assistência técnica atualmente	Sim	08 (19,04%)	06 (14,28%)	20 (47,61%)
	Não	02 (4,76%)	04 (9,52%)	02 (4,76%)
Total		10 (23,8%)	10 (23,8%)	22 (53,38%)

Fonte: Elaborada pela autora.

Para esclarecer esta questão, foi perguntado se a falta de assistência para alguns assentados era em decorrência dos próprios assentados não a quererem, porém foi constatado que todos que não recebem afirmam que é devido aos técnicos não aparecerem em suas propriedades, mesmo quando chamados. Estes dois itens foram as principais reclamações por parte dos que não recebem assistência atualmente.

Sobre o nível da assistência prestada atualmente, (sendo 10 o melhor nível e 1 o pior), a média ficou em 7, o que não diferiu da média de nível atribuído a assistência técnica por aqueles que a recebiam antes de virem para o assentamento (tendo em vista que estas fontes de assistência não são as mesmas do presente), que ficou em 8, o que aparentemente parece refletir bons resultados.

Porém, o fato de agentes da assistência técnica freqüentarem a propriedade de 34 dos entrevistados não significa necessariamente que estes utilizem as informações recebidas, o que se pode observar na tabela a seguir, (Tabela 16).

Tabela 16 – Informações fornecidas pela assistência técnica

Utiliza as informações	Quant. (%)
Não se aplica/não recebe assist.	08 (19,04%)
Sim	04 (9,52%)
Não	06 (14,28%)
Às vezes	24 (57,14%)
Total	42 (100%)

Fonte: Elaborada pela autora.

Dos entrevistados apenas 9,52% (4) utilizam a maioria das informações prestadas pela assistência, 14,28% (6) não utilizam e os 57,14% (24) predominantes, afirmam que apenas às vezes utilizam as informações recebidas. Os que não utilizam as informações explicam que isto ocorre pela falta de recursos financeiros, que muitas vezes é exigido para adotar novas técnicas, e um destes explica que é pelo fato de ser sozinho, ficando sobrecarregado de serviço. Os que utilizam a maioria das informações afirmam que assim o fazem pelas atividades serem bem explicadas e porque vêem melhoras na propriedade. Fica claro que as informações utilizadas são aquelas que não dependem de grandes investimentos, que estão dentro da realidade de cada propriedade e da vontade de cada assentado. Onde a maioria deles (26,2% - 11), na hora de optar pelas atividades da propriedade, leva em consideração o fato de gostar da atividade, e não por outros motivos (Tabela 17).

Tabela 17 – Escolha das atividades

		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
O que leva em consideração na hora de escolher quais atividades realizar	Menor penosidade de trabalho	-	2 (4,76%)	3 (7,14%)
	Maior renda	5 (11,9%)	-	4 (9,52%)
	Gostar da atividade	3 (7,14%)	4 (9,52%)	4 (9,52%)
	Influência dos técnicos	-	-	1 (2,38%)
	Facilidade de comercialização	1 (2,38%)	-	3 (7,14%)
	O que vão consumir	-	3 (7,14%)	2 (4,76%)
	Por sempre trabalhar com estas atividades	-	-	2 (4,76%)
	Ter renda todo mês	1 (2,38%)	1 (2,38%)	3 (7,14%)
Total		10	10	22

Fonte: Elaborada pela autora.

Pelos dados da tabela acima se percebe a diferença na hora da escolha da atividade entre os tipos categorizados, onde dos 9 entrevistados que responderam escolher a atividade que gera maior renda, 5 são do tipo 1, que destina a produção para a comercialização, e dos que escolhem as atividades a partir dos produtos que irão consumir, 3 são do tipo 2 e nenhum do tipo 1, o que indica o forte posicionamento da produção dada pelo tipo 1.

Em relação ao que poderia ser feito para que a prestação de serviços pela assistência técnica melhorasse, alguns citaram a necessidade de aumento dos recursos financeiros, visto que quando a assistência comparece, nem sempre é possível colocar em prática as informações repassadas devido aos custos, mas a sugestão mais citada foi aumentar as visitas dos técnicos, e que estes comparecessem quando solicitados, com boas idéias e vontade de trabalhar.

Incentivar o pequeno agricultor, fazer experimento na lavoura, trazer coisas diferentes. (ENTREVISTA N° 42).

Eles [técnicos] tem que se desenvolver mais, sair a campo, perguntar o que as pessoas precisam. (ENTREVISTA N° 17).

Outro aspecto verificado durante a pesquisa, em relação às dificuldades da assistência técnica, foram os erros cometidos por alguns técnicos no início do assentamento.

Incentivaram a compra de vacas leiteiras, intermediando a compra de vacas “Uruguaias”, que não se adaptaram ao clima, nem as condições de manejo. Assentados que estão desde o início relataram a morte de grande número destas vacas, que exigentes na pastagem, não sobreviviam. Desta forma, o recurso obtido no início, não teve retorno, levando vários assentados à inadimplência, tema tratado anteriormente no item “crédito rural”.

4.5 QUALIDADE DE VIDA

Foi perguntado aos assentados o que para eles significa ter uma boa qualidade de vida, qual a nota de 1 a 10 dariam a qualidade de vida que eles têm atualmente, e se algo poderia melhorar esta qualidade. Os aspectos mais citados como principais para ter boa qualidade de vida foram: dinheiro, mencionado 20 vezes; boa alimentação, citado 13 vezes; moradia, 11 vezes citada; saúde foi mencionada 10 vezes e boas amizades foi o item citado por quatro dos entrevistados. Isso indica que para estes assentados, possuir recursos financeiros é um dos principais itens para ter boa qualidade de vida.

A nota média dada para a qualidade de vida pelos homens ficou em 7,7; a média dada pelas mulheres que responderam a pergunta ficou em 8,8. Para melhorar a qualidade de vida (Tabela 18), três assentados acreditam que seria fundamental melhorar a produção de leite, dois gostariam de se mudar para outra propriedade, no interior. Um assentado do tipo 1 afirma que seria necessário ter mais área para plantar.

Tabela 18 – Melhoria na qualidade de vida

		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
O que acredita que falta para melhorar sua qualidade de vida	Não falta nada	03	-	03
	Obter mais lucro com a produção	06	03	13
	Conseguir diversificar mais a produção para consumo	-	04	-
	Conseguir uma fonte de renda fora da propriedade	-	01	-
	Mudar-se para a cidade	-	01	-
	Arrumar a casa	-	-	02
	Melhorar a produção de leite	-	-	03
	Mudar para outro lugar, no interior	-	01	01
	Mais área pra plantar	01	-	-
Total	10	10	22	

Fonte: Elaborada pela autora.

Um número maior de assentados (22), afirmam que para melhorar a qualidade de vida seria necessário obter mais lucro com a produção agrícola. Pela tabela acima se percebe como os assentados do tipo 1 se preocupam mais com o retorno financeiro da propriedade. Os assentados do tipo 2 preocupam-se em conseguir diversificar a produção para consumo, mas também há os que gostariam de obter mais lucro, demonstrando que os agricultores que direcionam a produção para o consumo, mesmo em menor número, também se preocupam com a questão financeira. Os dois únicos assentados que escolheram a opção de mudar-se para a cidade e conseguir uma fonte de renda fora da propriedade são do tipo 2, o que talvez indique como este tipo têm maiores dificuldades em viabilizar-se através das atividades agrícolas.

Os agricultores foram perguntados sobre as principais mudanças que ocorreram após terem comprado o lote ou terem sido assentados. Com relação às mudanças na propriedade alguns responderam que no começo “era tudo mato”, o que antes era carreiro de cavalo agora são estradas, agora tem luz, antes plantavam menos espécies, hoje a maioria das áreas das propriedades é agricultável. Outros responderam que as principais mudanças estão relacionadas a ter uma área própria, sem precisar arrendar e assim conseguiram construir suas casas. Alguns consideraram como principais mudanças na propriedade o fato de terem

mudado a forma de produzir, deixando de utilizar o sistema de roçada/queimada, – “antes era tudo manual” –, alterando também os produtos, deixando de plantar uva para plantar soja, apostando na produção leiteira, parando de produzir carvão, etc.

Em relação às mudanças na produção, destaca-se a mudança citada pelos assentados no uso de tecnologias, onde antes se plantava manualmente hoje é possível utilizar maquinários, muitos deixaram de lavrar a terra. Alguns afirmam que a forma de produzir não foi modificada, continuam fazendo a produção da forma como faziam antigamente. Para dois entrevistados a terra onde estão atualmente produz menos que a anterior e para cinco a terra do assentamento produz mais que a anterior. Citaram ainda como mudança na forma de realizar a produção o fato de que antigamente guardavam sementes no porão, hoje é necessário comprá-las. Alguns foram bem específicos quanto às mudanças na produção, citando a prática do plantio direto, piqueteamento, cobertura do solo. A dificuldade de comercialização foi a maior mudança para um dos entrevistados.

Das mudanças relacionadas à família a principal citada foi o acesso ao estudo, assim como o transporte ficou mais acessível. No que diz respeito à alimentação e saúde, para a maioria estes aspectos estão melhores atualmente, a melhora na alimentação foi atribuída em grande parte à possibilidade de plantar seu próprio alimento, sem “veneno”, a melhoria na saúde foi atribuída por alguns à gestão municipal.

5 DIFERENTES RACIONALIDADES PRODUTIVAS

Neste estudo foram estabelecidas duas principais hipóteses para análise durante a pesquisa: primeiro, que a intervenção da mediação atribui aos assentados práticas produtivas que expressam racionalidades modernizadoras. Segundo, que a alteração de um sistema produtivo tradicional para modernizado, modifica também as relações de sociabilidade dos assentados.

Para contribuir na verificação das hipóteses, foi estabelecido como principal objetivo da pesquisa a compreensão das racionalidades envolvidas nos processos de tomada de decisões pelos assentados quanto aos seus sistemas produtivos e suas relações sociais, considerando também a influência que a mediação exerce sobre estes.

Para Mazoyer e Miguel (2009), a compreensão

[...] das condições de existência e as particularidades da evolução das sociedades agrárias e de suas respectivas formas de agricultura, tanto em sua expressão mais local quanto em sua expressão regional e nacional, e, indiretamente, das dinâmicas agrícolas e agrárias próprias à agricultura, vêm sendo, há muito tempo, um enorme desafio para as diferentes áreas do conhecimento envolvidas com a promoção e a ação em prol do desenvolvimento rural. (MAZOYER; MIGUEL, 2009, p. 17-18).

As diferenças entre os assentados se expressam através de características que definem seus sistemas produtivos, como as técnicas agrícolas, equipamentos, mão de obra, utilização de insumos, relações de sociabilidade, acesso à informações, associativismo, acesso ao crédito, relação com o mercado e organização da propriedade, dentre outras características mais subjetivas. A compreensão das práticas individuais e coletivas pelas quais os assentados se reproduzem ou inovam seus processos produtivos, suas formas de gestão da produção e da comercialização, bem como os laços comunitários e familiares que se desenvolvem juntamente com os processos produtivos, são os aspectos utilizados neste trabalho para a definição das racionalidades destes assentados.

Em relação às racionalidades tem-se Max Weber (1864-1920) como o autor que melhor trabalhou esse processo de racionalização, que "Consiste na organização da vida, por divisão e coordenação das diversas atividades, com base em um estudo preciso das relações entre os homens, com seus instrumentos e seu meio, com vistas à maior eficácia e rendimento.

Trata-se, pois, de um puro desenvolvimento prático operado pelo gênio técnico do homem" (FREUND, 1975).

Weber apresenta três tipos de racionalizações: da sociedade, a cultural e a da personalidade, ambas completam-se assim em suas funções, estabilizando-se mutuamente (MALISKA, 2006). Segundo Maliska (2006, p. 17), “[...] a racionalização cultural, caracterizada pela previsibilidade, pelo cálculo e pelo controle organizativo e instrumental dos processos empíricos, é encontrada por Weber na moderna ciência e técnica, na arte e na religião autônomas guiadas por Princípios Éticos”.

Kalberg (1980¹ apud VIEIRA, 1993, p. 181), identifica quatro tipos de racionalidade: prática, teórica, valorativa e formal. A racionalidade prática envolve o tipo de ação social que tomando a rotina diária como um dado, procura adequar meios e fins aos interesses pragmáticos e egoístas dos indivíduos. Já a racionalidade teórica, visa à transcendência da realidade através de seu domínio consciente. A racionalidade valorativa está relacionada às ações racionais que se apóiam nos valores socialmente estabelecidos. A racionalidade formal pressupõe certo nível de institucionalização dos valores, referindo-se a regras universais (VIEIRA, 1993).

Em certos casos, para Mazoyer e Roudart, (2009, p. 29), “[...] as explorações que progridem podem adotar novos meios de produção, desenvolver novas práticas e novos sistemas de cultura e de criação e, portanto, engendrar um novo ecossistema cultivável: assim emerge um novo sistema agrário”. A esta mudança no sistema produtivo chama-se revolução agrícola. Assim, ao longo do tempo, podem nascer, desenvolver-se, declinar e suceder-se, em uma dada região do mundo, sistemas agrários que constituem as etapas de uma série evolutiva característica daquela região (MAZOYER, ROUDART, 2009).

A categorização, a princípio, dos assentados em três tipos distintos, possibilitou a melhor compreensão das diferenças existentes entre as racionalidades dos assentados que direcionam maior parte da produção para o mercado, dos que direcionam maior parte da produção para a subsistência e os que se mantêm em situação de transição, direcionando parte da produção para o mercado, parte para a subsistência. Da mesma forma que possibilitou compreender quais as influências que cada um dos tipos sofre em seus sistemas produtivos e em suas relações sociais. Esta relação com o mercado, estabelecida principalmente pela comercialização ou não de produtos, estabelece a principal característica pela qual foi definido cada tipo de assentado.

¹ KALBERG, S. Max Weber's Types of Rationality: Cornerstones for the Analysis of Rationalization Process in History. *American Journal of Sociology*, v. 85, n. 5, 1980.

Destaca-se o fato de que nove, dos 10 assentados que direcionam suas práticas produtivas para a comercialização, já eram agricultores antes de virem para o assentamento, dos que direcionam para subsistência, apenas seis trabalhavam como agricultores. Esta situação é citada pelos técnicos que trabalham nos assentamentos, como fator importante, já que os assentados que não haviam sido agricultores geralmente apresentam grandes dificuldades na adaptação a este novo ambiente. É uma nova vida, que se estabelece a partir de novas relações com o trabalho, com a terra, com instituições, com outros indivíduos, situação que modifica significativamente suas identidades, obrigando-os a construir novas estratégias de adaptação ao ambiente, tanto socialmente como economicamente.

Para entender porque nem todos os assentados direcionam sua produção para venda, pode-se destacar a presença nos assentamentos, dos chamados “compradores de lote” (Tabela 19).

Tabela 19 – Foi assentado pelo MST/INCRA ou comprou a terra

		Assentado pelo MST/INCRA	Comprou a terra de um assentado	Total
A produção agrícola é	Integralmente ou maior parte para o mercado	05	05	10
	Integralmente ou maior parte para subsistência	08	02	10
	Mercado e consumo igualmente	15	07	22
Total		28	14	42

Fonte: Elaborada pela autora.

A metade dos assentados que produzem para venda são compradores de lote, situação que indica maior concentração de renda por parte destes, o que de certa forma facilita direcionar o sistema produtivo para geração de produtos mais rentáveis, já que esta produção exige cada vez mais a especialização do produtor, implicando na adoção de práticas modernizadas, através do uso de insumos, sementes, agrotóxicos, maquinários, etc.

Foram comparadas as rendas dos três tipos, onde a média de renda per capita das famílias do tipo 1 foi de R\$ 10.598,69; a média do tipo 2 ficou em R\$ 2.879,66 e a média do tipo 3 foi de R\$ 3.699,27. A mesma diferença ocorre em relação à renda das famílias medida através da renda em salários mínimos por UTHf (Unidade de Trabalho Homem familiar).

Para Rezende (1999, p. 17), “[...] só a produção mercantil e a conseqüente geração de renda monetária permitem a satisfação mais plena das necessidades de consumo, que vão muito além do permitido pela agricultura de subsistência”. Ter renda para investir nas atividades agrícolas da propriedade e torná-las viáveis economicamente, possibilita gerar mais renda, o que permite ao produtor ter uma “poupança” necessária para novos investimentos e contínua modernização da propriedade. Já a produção voltada para a subsistência geralmente impede, ou pelo menos dificulta, ter um maior grau de especialização produtiva, limitando os ganhos de produtividade.

Para Spavorek, (2005:33) a tendência indica a produção familiar como matriz predominante dos municípios em que a reforma agrária é realizada, com sistemas de produção voltados preferencialmente para a subsistência. É esperado que os assentamentos copiem a matriz produtiva regional, não se diferenciando muito dela. Isso justifica o fato de, em 57% dos municípios, predominar a categoria de assentamentos com o perfil de subsistência. (SPAVOREK, 2005).

O investimento feito nestas atividades de maior retorno financeiro leva a adoção de técnicas agrícolas cada vez mais modernas, e isto é demonstrado através da maior utilização de insumos e maquinários na propriedade e através da adoção de novas técnicas de manejo. Como exemplo se tem a pequena parcela dos assentados que continua a utilizar sementes crioulas, técnica antiga de produção que perde espaço para as sementes melhoradas.

Assentados que se dedicam a produção para comercialização são os que possuem em maior número tratores, caminhões, etc. e utilizam técnicas de cultivo que foram desenvolvidas mais recentemente, utilizadas também, em menor escala, pelos assentados que estão em fase de transição de seus sistemas produtivos. O avanço da tecnologia através da utilização de sementes selecionadas, híbridas, modificadas geneticamente, maquinários, insumos, etc. vem abrindo espaço entre as antigas técnicas de cultivo, tornando a agricultura mais “modernizada”.

Das atividades produtivas, leite e grãos estão entre as mais desenvolvidas pelos assentados que direcionam a produção para a venda; carvão, arroz, mandioca e criações, são as desempenhadas pelos que se direcionam pela subsistência, mais diversificados. As diferenças entre os sistemas produtivos expressam os investimentos e maior especialização em determinadas atividades. Segundo Weber (1983, p. 418), o “camponês” é “transformado num trabalhador que é dono de seus próprios meios de produção [...]. Mantém sua independência devido à intensidade e alta qualidade de seu trabalho, que é aumentado pelo seu interesse privado nele e sua adaptabilidade às exigências do mercado local”.

Para Rezende (1999, p. 17), outro aspecto que impulsiona a produção para o mercado é a conseqüente sujeição às forças de concorrência, que “leva o agricultor à busca incessante de informações e de maior capacitação”. Em relação a este aspecto, a maioria dos assentados que se voltam para a comercialização (80%) afirmam participar de cursos na área rural, dos que se voltam a produção de subsistência, apenas quatro (40%) participam e destes quatro, nenhum utiliza as informações dos cursos na propriedade. Sabourin (2001) acredita que ter acesso à informação não quer dizer usá-la, ter conhecimento de uma inovação não significa adotá-la, integrá-la ao seu sistema de produção, à sua estratégia familiar. Isto acontece, geralmente, por dois motivos: o peso da norma familiar ou social e a falta de recursos para inverter na inovação ou para tomar riscos. Este segundo motivo, foi o mais citado pelos assentados como justificativa para não utilizar as informações.

Todos os assentados utilizam mão de obra familiar, nenhum possui empregados permanentes, porém 35,7% (15) necessitam auxílio de empregados temporários e destes, 40% (6) utilizam de 15 a até 40 empregados temporários por ano, e 60% (9) utilizam de um a cinco empregados temporários, no ano. Esta diferença entre o número de empregados temporários demonstra como a produção voltada para a comercialização exige mais mão de obra, ora pela maior área produtiva, ora pela maior especialização.

Pelo maior investimento na propriedade, era de se esperar que assentados que produzem para a venda acessassem frequentemente as modalidades de crédito rural, entretanto o que se percebeu foi a maior utilização por parte dos assentados que produzem para a subsistência, o que de certa forma foi justificado pelo discurso dos assentados, que comercializando mais têm maior retorno financeiro e desta forma conseguem realizar as atividades com recursos próprios.

As relações estabelecidas com o trabalho, capital e mercados são fundamentados na busca de autonomia no uso dos recursos produtivos, na intenção de garantir a reprodução social da família. Isso envolve uma racionalidade que não é explicada apenas pela lógica do mercado capitalista, em função da maximização do lucro, mas sim por uma associação de fatores sociais, econômicos e culturais.

As questões culturais, de origem dos assentados são fortes aspectos na explicação de determinadas escolhas, principalmente no que diz respeito ao sistema produtivo. Há nos assentamentos grande presença de indivíduos de origem “brasileira”, principalmente entre os voltados a produção de subsistência. A maioria dos assentados escolhe aquela atividade com a qual mais gosta de trabalhar, com a qual tem afinidade, entretanto, analisando separadamente,

a escolha das atividades mais lucrativas foi a opção da maioria dos assentados do tipo 1, já os do tipo 2 escolhem as atividades pelo “gostar” e em vista ao que vão consumir.

5.1 RACIONALIDADES MODERNIZADORAS

Sabe-se que em determinado sistema agrário, as propriedades agrícolas podem praticar sistemas de produção muito similares e pertencer à mesma categoria social. No entanto, elas também podem ser muito diferentes entre si e muito complementares. (MAZOYER, ROUDART, 2009).

A princípio, esperava-se que as mudanças nos sistemas produtivos dos assentados, que de alguma forma estão em processo de transição, passando principalmente da produção para subsistência à produção voltada para a comercialização, ocorresse pela intervenção da mediação, através da imposição de técnicas modernizadoras, imposição que resultaria na perda de técnicas antigas de trabalho. Porém, poucas mudanças se devem às relações de mediação, grande parte destas, ocorrem ou pelo interesse dos próprios agricultores, que estão sempre buscando experimentar coisas novas, ou pela observação de exemplos de vizinhos, que optaram e se dedicam a determinada atividade que visivelmente traz retornos a princípio financeiros. Esta relação de alteração dos sistemas produtivos pela interferência de vizinhos pode ser comprovada através da análise de discurso dos entrevistados, onde muitos relataram o fato de que ver um vizinho “se sair bem” por estar trabalhando com determinada atividade incentiva a fazer o mesmo.

Para Guivant (1997), a marginalização e a erosão dos conhecimentos dos agricultores familiares, especialmente dos países menos desenvolvidos, têm sido identificadas entre as várias conseqüências negativas ocasionadas pela difusão internacional no período de pós-guerra, das práticas e técnicas agrícolas modernas. Tal desconsideração dos conhecimentos locais tem atravessado todas as fases do desenvolvimento rural. A maioria dos grupos agrários de hoje são constituídos por uma “mistura” confusa e altamente diversificada de diferentes modos de fazer agricultura. Alguns desses modos são semelhantes ao modo camponês; outros praticam uma lógica completamente diferente (PLOEG, 2008).

A perda de práticas tradicionais de cultivo não ocorre apenas nos sistemas produtivos voltados para a comercialização, como demonstrado anteriormente, estas práticas vêm perdendo espaço para inovações da agricultura, e por mais contraditório que pareça, são

muitas vezes adotadas tanto por quem produz para a venda, (consequentemente mais renda) quanto pelos que produzem para subsistência (menor renda). Para Sabourin (2001, p. 42), para “as práticas agropecuárias, entre outras, existe uma norma técnica de base, às vezes minimalista e comum ao grupo, que evolui lentamente, até por conta da pressão social dentro do grupo. As mudanças provêm de fatores externos ou, internamente, de práticas consideradas como “desvios” a essa norma. Eventualmente, depois de certo tempo de “observação”, tal prática poderá substituir a norma anterior. (SABOURIN, 2001).

Outro aspecto que diferencia os sistemas produtivos está na utilização de implementos agrícolas, apenas 16,6% (7) possuem trator próprio, destes, seis têm o sistema produtivo voltado para a comercialização.

Para a maioria dos assentados, as mudanças no sistema produtivo não ocorreram pela influência da mediação, mas sim pelo apoio financeiro. A influência da mediação ficou abaixo das modificações realizadas por conta própria pelos assentados. Porém, quando perguntados especificamente se a mediação influenciou de alguma forma na produção, 16 (38,1%) responderam sim.

Pelos resultados da pesquisa, constatou-se que não há grande influência da assistência técnica nas mudanças dos sistemas produtivos dos assentados, mas este é um assunto muitas vezes controverso, já que pelos resultados da pesquisa constatou-se também que assentados que contavam com assistência técnica antes de virem para o assentamento são os que hoje produzem para a venda, ou que estão em fase de transição. Guivant (1997) relembra outro aspecto desse assunto, “[...] a extensão rural passou a ter como papel central o de educar as populações rurais de forma a possibilitar a transformação dos conhecimentos tradicionais, caracterizados como ineficientes e irracionais e, consequentemente, como obstáculos para a adoção de tal pacote tecnológico”. (GUIVANT, 1997, p. 411).

Há um maior acesso a informações por parte dos agricultores que produzem para venda, que estão sempre em busca de técnicas que possibilitem o aumento da produção, ou a troca por produtos mais rentáveis, constatado pela maior participação em cursos e pelo fato de serem os agricultores que já buscavam na mediação a assistência para os assuntos relacionados a propriedade. Entretanto, de acordo com Sabourin (2001), “[...] cada um diz que aprendeu o seu trabalho com o seu pai e que adquiriu as novas técnicas sozinho ou com um parente ou, às vezes, com um vizinho. Isto já representa um reconhecimento implícito das trocas técnicas”.

No seio dos grupos, nem todos têm o mesmo estatuto social, a mesma autoridade e a mesma capacidade de fazer evoluir as normas: lideranças, autoridades e grandes proprietários

reúnem, ao mesmo tempo, mais poder social e mais recursos pessoais para testar e experimentar (SABOURIN, 2001).

Os avanços tecnológicos proporcionados pela modernidade acabaram dando a agricultura papel coadjuvante na sociedade. No entanto, apesar dos avanços da tecnologia a agricultura permanece sendo atividade indispensável para reprodução da vida. Para Miguel et al. (2006) além da produção de alimentos e de matéria-prima, há a geração de emprego, a manutenção de paisagens e de modos de vida. A agricultura é o resultado de um longo e complexo processo iniciado há mais de 10.000 anos. O resultado desse longo processo, fortemente marcado pelas particularidades sociais e condições locais de produção, deu origem a diversas formas de agricultura nas mais diferentes regiões do globo terrestre (MIGUEL et al., 2006).

5.2 INFLUÊNCIAS DA RACIONALIDADE NOS SISTEMAS PRODUTIVOS E NAS RELAÇÕES DE SOCIABILIDADE

Para Spavorek (2005), a produção agrícola não é a única motivação da luta pela terra. “A conquista de espaço e posições políticas, a transformação da sociedade, a dominância e a concentração de poder e riqueza, raízes e convicções ideológicas são fatores que movem e permeiam as ações de luta pela terra (ou por sua concentração) de maneira mais contundente do que a motivação de nela produzir” (SPAVOREK, 2005).

Ter acesso à terra, altera a perspectiva de vida das pessoas, não apenas os aspectos da produção, e essas transformações pessoais e sociais devem ser compreendidas individualmente.

Com a análise dos dados obtidos durante a pesquisa, foi possível constatar que mudanças no sistema produtivo por parte dos assentados, não altera as relações de sociabilidade destes, ocorre o contrário, as relações de sociabilidade, principalmente entre vizinhos, é que resultam em mudanças nos sistemas produtivos. Para 40,48% dos entrevistados, a modificação de algo no sistema produtivo não interfere nas relações entre os vizinhos, não importando se um agricultor produz mais, encontra-se melhor economicamente, etc.

A opção por determinada orientação do sistema produtivo não interfere na participação dos assentados em associações, sindicato, cooperativas, etc. Apenas 14,3% (6)

dos entrevistados afirmaram participar de associação de agricultores; a participação em cooperativas é maior, 78,6% afirmam participar. Apenas dois entrevistados não participam do núcleo do assentamento, 19% não participam do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e 14,3% não participam da brigada do MST.

Dentre os aspectos que mais interferem nas relações de sociabilidade dos assentados, estão à compra do lote e os desentendimentos por diferenças culturais. A relação mais específica entre vizinhos foi citada como pior atualmente por apenas 9,6% dos entrevistados, entretanto quando analisadas as entrevistas gravadas, surgem queixas em relação aos compradores de lote, fato que dificulta as relações de sociabilidade por incompatibilidade de pensamentos, onde os compradores não precisaram passar por todas as dificuldades do acampamento e acabam não valorizando o trabalho do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

As relações de sociabilidade também podem ser alteradas por razões culturais. Estas diferenças de identidade e de racionalidades acabam refletindo no modo de vida dessas famílias. Porém, essas relações de desentendimento entre vizinhos são percebidas apenas na análise das entrevistas gravadas. Desentendimentos que ocorrem pelas diferentes lógicas dos assentados, alguns entrevistados não compreendem o modo de vida de outras famílias, suas relações com a terra, trabalho, comunidade, e principalmente a maneira de lidar com os recursos financeiros.

Nem sempre são compreendidas as motivações dos indivíduos para produzir, que estão relacionadas tanto aos aspectos históricos, como sociais, culturais e econômicos, estando ainda mais ligados à finalidade da alimentação da família ou ao acréscimo de renda. E são essas motivações que levam a diferenciação dos sistemas produtivos.

As características regionais também influenciam as opções e decisões dos agricultores. A distribuição de renda, acesso à serviços de educação e saúde e a organização também orientarão a necessidade e o tipo de ação pública e a forma de organização coletiva e individual da produção.

O fortalecimento da agricultura necessita de estratégias próprias que considerem os sistemas agrícolas predominantes, o grau de desenvolvimento regional, o mercado de terras e as condições específicas de clima e solo. Estas condições de clima e solo foram citadas pelos técnicos e pelos assentados como explicação principalmente para as diferenças entre os assentamentos do município. Muitos citaram as diferenças de solo, onde em uma região são férteis e produtivos, já em outra região, são considerados ácidos e improdutivos, trazendo maiores dificuldades para a produção agrícola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intervenção fundiária, pela distribuição de terras, altera significativamente a vida dos beneficiários, que mudam de ambiente, deixam de ser mandadas e passam a decidir seu próprio destino, produzindo por sua conta, estabelecendo novas relações com organizações sociais e com outros indivíduos e a resposta a essa nova realidade é decisiva para a adaptação e o sucesso na nova vida, e se manifesta individualmente.

É importante compreender o que leva determinada família a reproduzir um sistema tradicional de produção ou adotar novos sistemas produtivos, podendo com isso colaborar com as intervenções dos agentes de assistência técnica e também na formulação de políticas específicas para cada lugar ou indivíduo. A presença de diferentes sistemas produtivos é pouco considerada, entretanto é a adoção por determinadas características que afirmam uma identidade resultante de um modo de vida particular que caracteriza sua relação com o meio social e ambiental e, portanto, com a reprodução da vida.

As motivações dos indivíduos para produzir estão relacionadas aos aspectos históricos, sociais, culturais e econômicos, e estão ligados principalmente à finalidade da alimentação da família ou ao acréscimo de renda. Estas diferentes lógicas, nas relações com a terra, com a agricultura e com as atividades econômicas, levam a diferenciação dos sistemas produtivos entre os assentados.

Assentados que se dedicam a produção para comercialização tornam-se cada vez mais especializados em suas atividades, utilizando insumos, maquinários, técnicas agrícolas, recentes e melhoradas, estas ações possibilitam ter renda para novos investimentos e assim manter uma modernização contínua. Já a produção para subsistência não permite, ou ao menos dificulta ao assentado ter renda suficiente para realizar este tipo de investimento na propriedade rural.

As relações entre terra, trabalho, capital e mercados são fundamentados na busca de autonomia no uso dos recursos produtivos e na relação com o mercado, na intenção de garantir a reprodução social da família. Isso envolve uma racionalidade que não é explicada apenas pela lógica do mercado capitalista, em função da maximização do lucro, mas sim por uma associação de fatores econômicos, sociais e culturais. O fato de ter sido agricultor antes de vir para o assentamento reflete positivamente na adaptação destes indivíduos ao novo ambiente em que são inseridos.

Outros aspectos que refletem nas escolhas dos assentados são culturais, de identidade que moldam as racionalidades e refletem no modo de vida dessas famílias. Essas diferenças muitas vezes acabam gerando conflitos entre os próprios assentados. Conflitos que são percebidos pelo discurso destes, indiretamente, onde as diferenças culturais ou não são percebidas ou são deixadas de lado. Em alguns momentos, talvez inconscientemente, amizade se confunde com interesse e a “união” dos assentados, outrora presente, perde espaço pela chegada de novos moradores, pela ação do tempo, pelo desgaste do discurso, da teoria.

Por outro lado, esta rotatividade de indivíduos, de certa forma estimula o desenvolvimento da produção agrícola nos assentamentos. A troca de experiências e principalmente a observação de que certa atividade pode realmente dar certo, incentiva novos adeptos.

Das alterações no modo de vida destas famílias, outro fator que incentiva é a “modernização” da agricultura, modificando significativamente suas identidades, obrigando-os a estabelecer outras relações com o trabalho, com a família, com a produção, mercado, outras relações com a terra, com o espaço e com o tempo. Modernização esta que conta com a melhoria das técnicas de cultivo, com o desenvolvimento de novas técnicas e instrumentos de trabalho. Concluí-se que esta modernização dos sistemas produtivos não ocorre apenas pela influência da mediação. Maior do que a influência da mediação é a influência exercida nas relações de sociabilidade que se estabelecem entre os vizinhos. Poucas mudanças se devem as relações de mediação, grande parte destas, ocorrem ou pelo interesse dos próprios agricultores, que estão sempre buscando experimentar coisas novas, ou pela observação de exemplos de vizinhos, que optaram e se dedicam a determinada atividade que visivelmente traz retornos financeiros. As mudanças no sistema produtivo por parte dos assentados, não altera as relações de sociabilidade destes, o que em alguns casos se modifica, são os próprios sistemas produtivos de assentados vizinhos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. 1999. Disponível em:
<http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1999/Agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2009.

ABREU, R. L. **Mapa do município de Passos Maia**, Santa Catarina. San Francisco, CA: Wikimedia Foundation, Apr. 2006. Disponível em:
<www.commons.wikimedia.org/wiki/File:SantaCatarina_Municip_PassosMaia.svg> Acesso em: 31 dez. 2008.

BAVARESCO, P. R. Colonização do Extremo Oeste Catarinense: contribuições para a história campestre da América Latina. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL - LA CUESTIÓN RURAL EN AMÉRICA LATINA: EXCLUSIÓN Y RESISTÊNCIA SOCIAL, 7., 2006, Quito. **Anais eletrônicos...** Quito: Alasru, 2006. Disponível em:
<<http://www.alasru.org/cd alasru2006/17%20GT%20Paulo%20Ricardo%20Bavaresco.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2009.

BITTENCOURT, G. A.; BIANCHINI, V. **Agricultura familiar em áreas de reforma agrária**: estudo de sistemas agrários nos municípios de Boa Ventura (PR) e Quilombo (SC) - região sul. Brasília: INCRA/FAO, 2000.

BOURDIEU, P. **Economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CARVALHO, E. B.; NODARI, E. S. Rememorar o sertão: a percepção ambiental de lavradores do “sertão” paranaense. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL, 2007, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2007.

CHITOLINA, V. **Representações sobre a colonização de Santa Catarina**: singularidades que envolveram a Fazenda Rodeio Bonito (1920). 2009. Disponível em:
<<http://www.upf.br/ppgh/download/Valdirene%20Chitolina.prn.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2008.

CORTES, S. M. V. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v. 9, p. 11-47, 1998.

FLEURY, L. C. **Cerrado pra ser o quê?** Representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás. 2008. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FREUND, J. **Sociologia de Max Weber**. Rio de Janeiro: Forense, 1975.

GARCIA JR. A. R. **Terra de trabalho**: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEHLEN, I. Agricultura familiar de subsistência e comercial: identidade cabocla e inclusão social. In: FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (Org.). **Para pensar outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998a.

_____. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, P. A. et. al. (Org.). **Os caminhos da exclusão social**. Ijuí: Editora da Unijuí, 1998b. p.121-141.

GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, DF, v. 14, n. 3, p.411-448, set./dez. 1997.

HILLIG, C. **A cidadania e a racionalidade técnico-burocrática nas estratégias de apropriação do Pronaf pelos agricultores familiares**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 9 nov. 2008.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina 2003-2004**. Florianópolis: CEPA. 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Ministério de Política Fundiária e da Agricultura Familiar. **O futuro nasce da terra**: balanço da reforma agrária e da agricultura familiar. Brasília: INCRA, 1999.

_____. **Projeto básico**: licença de instalação e operação do Projeto de Assentamento Maria Rosa, 2006a.

_____. **Projeto básico:** licença de instalação e operação do Projeto de Assentamento Zumbi dos Palmares, 2006b.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA;
COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DA REFORMA AGRÁRIA DE SANTA
CATARINA **Plano de Recuperação do Assentamento:** P. A. Zumbi dos Palmares. Passos
Maia: COOPTRASC 2005.

LIMA, A. J. P. et al. **Administração da unidade de produção familiar:** modalidades de trabalho com agricultores. Ijuí: Editora da Unijuí, 1995.

MALISKA, M. A. Max Weber e o estado racional moderno. **Revista Eletrônica do CEJUR**, v. 1, n. 1, p. 15-28, ago./dez. 2006.

MARQUES, F. C.; MELLO, M. A. Produção de novidades: “desvios” da agricultura familiar no Oeste de Santa Catarina. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 47., 2009, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: SOBER, 2009. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/1025.pdf>> Acesso em: 5 nov. 2009.

MARQUES, V. P. M. A. **Aspectos orçamentários e financeiros da reforma agrária no Brasil 2000-2005.** Brasília: MDA; Inca, 2007. (Nead Estudos).

MAZOYER, M.; MIGUEL, L. de A. A abordagem sistêmica no âmbito das ciências agrárias. In: MIGUEL, L. de A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 17-25.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. A teoria dos sistemas agrários. In: MIGUEL, L. A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 25-31.

MIGUEL, L. A. et al. Caracterização socioeconômica e produtiva da bovinocultura de corte no estado do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 3., 2006, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: FEE, 2006. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/3eeg/Artigos/m02t03.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2009.

MIGUEL, L. A. Prefácio. In: MIGUEL, L. A. (Org.). **Dinâmica e diferenciação de sistemas agrários.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 07-09.

MINAYO, M. C. S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, P. A.; JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em Representações Sociais**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 89-111.

MOTA, L. T. Transformações dos territórios indígenas do Paraná em imensos “vazios demográficos”. **Cadernos de Metodologia e Técnica de Pesquisa**, Maringá, v. 4, n. 4, p. 1-54, 1993.

MOURA, E. A. **Interfaces entre unidades de conservação e reforma agrária: um estudo de caso sobre o Parque Nacional das Araucárias e o assentamento Zumbi dos Palmares, Passos Maia - SC**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas) - Centro de Ciências Biológicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Brigada Maria Rosa. 1 Fotografia, Color. Passos Maia, Santa Catarina, 1985.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento Rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001.

_____. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo o MST e a reforma agrária. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, p. 86-93, 1997.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

RANIERI, S. B. L. Retrospecto da reforma agrária no mundo e no Brasil. In: SPAROVEK, G. (Coord.). **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas e Letras, 2003, p. 5-38. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 28 maio 2009.

REIS, M. J. Espaços, vivências e identidades: os camponeses do Alto Uruguai e a Hidrelétrica de Itá. In: CONGRESSO DE ANTROPOLOGIA SOCIAL, 5., 1997, La Plata, Argentina. Anais... La Plata, Argentina: Equipe Naya, 1997.

REZENDE, G. C. **Programa de crédito especial para a reforma agrária (Procera): Institucionalidade, subsídio e eficácia**. Rio de Janeiro: IPEA, maio 1999. (Texto para discussão, n. 648). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1999/td_0648.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2010.

ROSA, L. A. B. et al. Caracterização de sistemas produtivos em assentamentos rurais no município de Centenário do Sul - PR. In: CONGRESSO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 4., 2008, Londrina. **Anais...** Londrina: IAPAR, 2008.

SABOURIN, E. Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 16, p. 37-61, 2001.

SALAMONI, G.; GERARDI, L. H. O. Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar. In: GERARDI, L. H. O.; MENDES, I. A. (Org.). **Teoria, técnica, espaços e atividades: temas de Geografia Contemporânea**. Rio Claro: Ageteo, 2001.

SALVARO, G. I. J. Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. **Estudo feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 321-330, jan./abr. 2003. Disponível em: <<http://www.ieg.ufsc.br/admin/downloads/artigos/16112009-030139salvaro.pdf>>. Acesso em: 6 fev. 2010.

SANTA CATARINA. **Lei nº 8.480 de 12 de dezembro de 1991**. Cria o município de Passos Maia. Disponível em: <<http://www.passosmaia.sc.gov.br/conteudo/?item=20005&fa=7181&cd=436&cc=311>>. Acesso em: 5 maio 2009.

_____. **Municípios de Santa Catarina**. Disponível em: <www.sc.gov.br/portalturismo>. Acesso em: 23 dez. 2008.

SCHNEIDER, S. As transformações recentes da agricultura familiar no Rio Grande do Sul: o caso da agricultura em tempo parcial. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 105-129, 1995.

SEYFERTH, G. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora da UnB, 1990.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo: Páginas & Letras, 2003.

SPAROVEK, G. et al. **Análise territorial da produção nos assentamentos**. In: SPAROVEK, G. (Coord.). Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Nead, 2005. (Nead Debate).

VIEIRA, L. R. **Racionalização e mudança social em Max Weber**. Educação e Filosofia: Uberlândia, v. 7, n. 14, p. 179-188, 1993.

VITERITTE, P. L.; PEDRO, F. D. L. **Relatório de estágio gestão em saúde município Passos Maia/SC**. 2004. Monografia (Especialização Multiprofissional em Saúde da Família) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1983.

_____. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora da UnB, 1991. v. 1.

_____. **Ensaio de sociologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

WOLOSZYN, N. **Em busca da terra**: colonização e exploração de madeiras no Oeste Catarinense. 2008. Disponível em:

<http://www.pesquisa.uncnet.br/pdf/historia/busca_terra_colonizacao_exploracao_madeiras_oeste_catarinense.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2009.

ZARTH, P. A. Tecnologia e agricultura: das “práticas rotineiras” aos exemplos dos “povos cultos”. In: PRIMEIRAS JORNADAS DE HISTÓRIA REGIONAL COMPARADA: RIO GRANDE DO SUL, URUGUAY, CORRIENTES, SANTA FÉ, ENTRE RIOS, CORDOBA E MISIONES, 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: IPEA; PUC; FEE, 2000.

**APÊNDICE A – Formulário semiestruturado – Coleta de dados –
Assentamentos Passos Maia**



**FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

Entrevistadora: Emeli Fernanda Odorczyk – Mestranda PGDR/UFRGS

1. Identificação

1.1) Data: / /2009 Assentamento: _____

1.2) Entrevistado: _____

1.3) Sexo: ()Feminino ()Masculino

1.4) Estado civil:() casado(a), () solteiro(a), () viúvo(a), () separado(a), () outro.

1.5) Escolaridade: cursou até: _____, ou estudou _____ anos.

1.6) Há quanto tempo a família reside nesta propriedade: _____

1.7) Foi assentado pelo MST/INCRA () ou comprou a terra de um assentado ()?

Caso tenha sido assentado pelo MST:

1.8) Que ano começou participar do MST: _____

1.9) O que levou a participar do MST?

1.10) Antes de vir para esse assentamento, já era agricultor: ()sim ()não. Caso não, fazia o quê? _____

1.11) O que o levou a vir trabalhar com agricultura (*somente para quem não era agricultor*):

2. Caracterização da família

1.1) Origem étnica dos pais:

Do responsável:

()caboclo/brasileiro,()português,()polonês,()ucraniano,()italiano,()alemão,()indígena,()outros_

Do cônjuge:

()caboclo/brasileiro,()português,()polonês,()ucraniano,()italiano,()alemão,()indígena,()outros_

Quadro 1 - Composição da família:

1)Membros/Nome	2)Grau de parentesco	3)Idade	4)Residência	5) Tempo de trabalho

1) Primeiro nome de cada membro da família, do mais velho ao mais novo.

2) (1) Responsável, (2) Cônjuge, (3) Filho, (4) Filha, (5) Pais/Sogro, (6) Pais, (7) Irmãos, (8) Netos, (9) outros

4) Residência:

(1) no estabelecimento;

(2) no meio rural

(3) no meio urbano

5) (1) Tempo integral na UP; (2) Tempo-parcial: trabalha fora e dentro da UP; (3) Tempo-parcial na UP + Trab. Doméstico; (4) Tempo-parcial na UP + Estuda; (5) Tempo integral fora UP (*); (6) Somente trabalho doméstico;

3. Organização da propriedade

3.1 Condição do produtor

Estabelecimento	1. Própria	2. Arrendatário		3. Parceiro		4. Meeiro	5. Ocupante
		De 3º	Para 3º	De 3º	Para 3º		
Área total: (alq ou ha)							

3.1.1) Quanto paga pelo arrendamento [informar em dinheiro ou produto]? _____

3.1.2) Quanto ganha com arrendamento [informar em dinheiro ou produto]? _____

3.1.3) Quanto paga na parceria [informar em dinheiro ou produto]? _____

3.1.4) Quanto ganha na parceria [informar em dinheiro ou produto]? _____

3.2 Houve mudança fundiária após ter vindo para esta propriedade:

a) () Aumentou: comprou ___ ha, ou ___ alq.

Herdou ___ ha, ou ___ alq.

b) () Diminui: vendeu ___ ha, ou ___ alq.

Cedeu em herança ___ ha, ou ___ alq.

c) () Não mudou nada.

3.3 Utilização da área (ha)

Tipo de uso	1. Área
1. Lavoura Temporária	
2. Lavoura Permanente (potreiros, silvicultura)	
3. Horta e Pomar doméstico	
4. Mata Plantada	
5. Mata Natural	
6. Pastagem plantada	
7. Pastagem natural	
8. Pousio	
9. Outros usos:	
10. Benfeitorias (casa, paiol, estrebaria, chiqueiro...)	
11. Sem uso	

3.4) Quais as principais atividades da propriedade: (enumerar as atividades – 1 mais importante), e como é a área destinada a cada uma (melhores áreas, planas, solo mais fértil ou áreas quebradas, com baixa fertilidade):

- () Leite – área das pastagens, poteiros: _____
- () Grãos – área: _____
- () Fumo – área: _____
- () Avicultura – área do(s) aviários: _____
- () Suinocultura – área do(s) chiqueiros: _____
- () Carvão – área destinada aos fornos e da onde extraem madeira: _____
- () Fruticultura - área: _____
- () Agroindústria – de onde vem a matéria prima: _____
- () Outra _____ - área: _____

3.5) Integração: sim () não (). Tipo () --- (1)fumageira; (2)aves; (3)suínos; (4)outros.

3.6) Utilização de mão de obra:

- 1) Mão de obra familiar: 1. sim () 2. não ().
- 2) Empregados permanentes: 1. sim () 2. não (). Número de pessoas () valor pago _____
- 3) Empregados temporários: 1. sim () 2. não (). Número de pessoas () Valor pago _____
- 4) Troca de dias: 1. sim () 2. não (). Quantidade de dias/ano ()
- 5) Participa de mutirão 1. sim () 2. não (). Número de Pessoas/ano ()

3.7) Tem outras rendas além da provinda da agricultura? ()sim ()não.

De onde: _____ Quanto/ano: _____

De onde: _____ Quanto/ano: _____

3.8) Em comparação com antes de vir para este assentamento, você considera que:

	Se alimentam	Têm saúde	Vida comunitária	Relação c/ vizinhos
1- Melhor	()	()	()	()
2- Mesma coisa	()	()	()	()
3- Pior	()	()	()	()
4- Não sabe	()	()	()	()

4. Relação com o mercado

4.1) Com relação à produção, ela é:

- () Integralmente para o mercado;
- () Integralmente para a subsistência/auto-consumo;
- () Maior parte para o mercado, menor para o consumo;
- () Maior parte para o consumo, menor para o mercado;
- () Para o mercado e consumo, igualmente.

4.2) Gostaria de produzir mais para a venda, ou está satisfeito produzindo para o consumo?

4.3) Produção e canais de comercialização, referente à última safra – 2008/2009

a) Produtos (animal, transformado) vegetal,	b) Produção comercializada (kg, dúzia, m ³ , litro, unidade)	c) Produção consumida (kg, dúzia, m ³ ...)	d) Valor de venda	e) Custos de produção	e) Local de venda; Agente comercial
1- Milho					
2 – Feijão					
3 – Soja					
4 – Mandioca					
5 – Batata doce					
6 – Leite					
7 – Queijo					
8 – Carne bovina					
9 – Galinha					
10 – Ovos					
11 – Porco					
12 – Salame					
13 – Mel					
14 -					
15					
16					

*Local de venda ou agente comercial: 1- Cooperativas agrícolas tradicionais; 2- Cooperativas agrícolas vinculadas às organizações da agricultura familiar; 3- Associação de produtores; 4- Feiras livres; 5- Agroindústria – sistema de integração; 6- Intermediário 7- Supermercados em geral; 8- No estabelecimento; 9- Na casa do consumidor; 10- Fome Zero/ Conab; 11- Laticínios; 12- Outros.

4.4) Possui HORTA doméstica? Sim () Não ()

4.4.1) A Horta é suficiente para atender as necessidades da família? 1 Sim () 2 Não () 3 Não se aplica ()

4.4.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados da horta (por semana ou mês) em R\$?.....

4.4.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui na horta

() alface () beterraba () cebola () cenoura () couve () salsa () repolho
 () tomate () alho () pimentão () radite () rúcula () couve-flor
 () Pepino () moranga () Brócoli () () ()

4.5) Possui POMAR doméstico? 1 Sim () 2 Não ()

4.5.1) O pomar é suficiente para atender as necessidades da família? 1 Sim () 2 Não () 3 Não se aplica ()

4.5.2) Na sua avaliação quanto valem os produtos que são retirados do pomar (por semana ou mês) em R\$?.....

4.5.3) Assinale os principais produtos/variedades que possui no pomar

() manga () pêssego () abacaxi () laranja
 () bergamota () abacate () pêra () goiaba
 () caqui () figo () limão () tangerina
 () maracujá () () ()
 () () () ()

4.6) Na mesma área, você tira mais de uma safra por ano

() Sim, qual(is) produto(s): _____

() Não (em nenhuma área tira mais de uma safra por ano).

4.7) Após ser assentado (ou comprar a terra), sua produção para consumo familiar, (somente para quem era agricultor):

() Diversificou e aumentou a produção/área;

() Diversificou mas não aumentou a produção/área;

- () Permaneceu a mesma coisa;
 () Diminui.

4.6) No sistema produtivo melhorou algo (para os que eram agricultores): ()sim, ()não.

4.6.1) Caso sim, o que modificou mais:

- () O uso e manejo do solo;
 () Diversificou culturas (plantio);
 () O uso de crédito e/ou de insumos;
 () Passou a vender e a comprar mais coisas;
 () Passou a plantar mais árvores;
 () Outro, qual _____

4.6.2) O que mais influenciou para essas modificações?

- () Apoio financeiro; () Apoio técnico (assistência);
 () Apoio de particulares (vizinhos, comerciantes, ...); () Outro motivo, qual _____
 () Não sabe.

5. Uso de insumos

5.1) Que tipo de insumos você utiliza em sua propriedade e qual a origem destes:

- () Sementes: (Culturas - milho, soja, sorgo, trigo, milheto, aveia, azevém, batata, feijão, arroz, ...; Diversas - frutas, árvores, hortaliças, ...; Forrageiras - gramíneas, leguminosas).
 () Origem externa: _____ () Origem interna – feito na propriedade.
 () Rações
 () Origem externa: _____ () Origem interna – feito na propriedade.
 () Sal mineral e comum: _____
 () Fungicidas: _____
 () Herbicidas: _____
 () Inseticidas: _____
 () Corretivos – calcário: _____
 () Fertilizantes inorgânicos (uréia, nitrato de amônia, NPK ...): _____
 () Fertilizantes orgânicos (cama de aviário, húmus de minhoca, ...): _____
 () Origem externa: _____ () Origem interna – feito na propriedade.
 () Medicamentos veterinários (hormônios, vacinas, vermífugos, ...): _____
 () Medicamentos homeopáticos;
 () Origem externa: _____ () Origem interna – feito na propriedade.

6. Associativismo

6.1) Quais entidades/instituições que você participa:

Entidades/Instituições na comunidade	Entidade/Instituições no município
1. Igreja: () sim () não. qual:	6. Cooperativas: () sim () não: filiado (), diretoria (); qual:
2. Associação agricultores: () sim () não: () filiado: (); diretoria. Qual o nome do presidente:	7. S.T. Rurais: () sim, () não () filiado () diretoria.

3. Clube de mães: () sim, () não () filiado, () diretoria.	8. S. Rural : () sim, () não: filiado () diretoria ()
4. APM's: () sim () não filiado (), diretoria ().	9. ONG's: () sim () não: filiado: (); diretoria () qual:
5. Núcleo do assentamento: ()sim ()não.	10. Brigada do MST: ()sim ()não

6.2) Gosta de participar das reuniões dos núcleos e/ou da brigada: ()sim () não.
Porque? _____

VII - ASSISTÊNCIA TÉCNICA

7.1) Recebia assistência técnica antes de ser assentado? () Sim, () Não. De quem: _____

7.1.2) Como classifica a assistência que recebia, a melhor no nível 10 e a pior no nível 1.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

7.2) Recebe assistência técnica atualmente? () Sim, () Não.

7.3) Fonte da assistência:

- () Técnicos de empresa de planejamento;
- () Técnicos autônomos;
- () Técnicos de associação de produtores;
- () Técnicos de empresas integradoras;
- () Técnicos da prefeitura municipal;
- () Técnicos de ONG'S, Qual _____
- () Técnicos de sindicatos;
- () Técnicos do COOPTRASC;
- () Técnicos de cooperativas de produção;
- () Projeto Microbacias;
- () Outros _____

7.4) Quando não recebe, porque? _____

7.5) Utiliza as informações fornecidas pela assistência técnica nas atividades da propriedade:

() Sim () Não () As vezes.

7.5.1) Porque? _____

7.6) Quais são as instruções que geralmente você segue e porque?

7.7) Quais as instruções que você não segue e porque?

7.8) Quando enfrenta problemas na propriedade, procura auxílio de quem? _____

7.9) Vamos classificar a assistência que você recebe, a melhor no nível 10 e a pior no nível 1.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

7.10) O que você acha que falta para assistência técnica ficar melhor: _____

VIII- TECNOLOGIA UTILIZADA

8.1) Utiliza/possui quais equipamentos em suas atividades agrícolas:

Equipamentos	Próprio	Alugado	Equipamentos	Próprio	Alugado
Trator			Trilhadeira		
Plantadeira manual			Moto-serra		
Plantadeira – tração motora			Forageira		

Colheitadeira			Distribuidor esterco		
Arado – tração motora			Roçadeira		
Arado – tração animal			Enciladeira		
Pulverizador costal					

8.2) Da relação abaixo, quais possui:

	Quant.	Estado conservação*
Bois de trabalho		
Cavalo/égua		
Carroça		
Galpão		
Paio		
Grade de tração animal		
Chiqueiro		
Estábulo/estrebria		
Galinheiro		
Esterqueira		
Ordenhadeira mecânica		
Outros:		

* 1- bom;
2- razoável;
3- ruim;
4- não se aplica.

8.3) Realiza quais atividades (antes de depois de assentado ou comprado a terra):

- () Curva de nível - plantio em nível/terraceamento – () antes, () depois.
 () Rotação de culturas – () antes, () depois.
 () Queimadas – () antes, () depois.
 () Adubação verde – () antes, () depois.
 () Adubação orgânica – () antes, () depois.
 () Plantio direto – () antes, () depois.
 () Silagem – () antes, () depois.
 () Esterco na lavoura – () antes, () depois.

8.4) Na casa há:

Água encanada		Luz elétrica		Antena parabólica
Automóvel		Moto		Telefone
Máquina de lavar roupa		Televisor		Geladeira
Tanquinho		Fogão a gás		Rádio
Freezer				

9. Acesso ao crédito

9.1) Utiliza crédito rural? () Sim () Não.

- () Custeio () Investimento () Compra de terras () Habitação () Crédito pessoal () Micro-crédito
 () Outro, qual? _____

9.2) De qual agente financeiro:

- () Banco () Associação () Cooperativa () Outros, qual: _____

9.3) Como está a situação do pagamento: () Adimplente () Inadimplente.

9.4) Tem dificuldade para pagar as dívidas: () Sim () Não.

10. Acesso a informações

10.1) Ouve/assiste algum programa de () rádio e/ou () televisão voltado para a agricultura:

() Não () Sim.

Qual o programa que mais gosta:

10.2) Participa de cursos de formação profissional: sim () não ().

Cite os mais importantes:

10.3) Utiliza as informações destes programas e/ou cursos na propriedade?

() Sim () Não.

11. Questões abertas

11.1 Para o Sr. (a) o que é ter uma boa qualidade de vida?

11.2 O Sr. (a) acha que tem uma boa qualidade de vida? () sim () não

11.3 Como você define sua “qualidade de vida”? (nível 10 para a melhor possível, nível 1 para a pior possível):

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

11.4 O que você acredita que falta para melhorar sua qualidade de vida?

- () Obter mais lucro com a produção agrícola;
- () Conseguir diversificar mais a produção que é consumida pela sua família;
- () Conseguir uma fonte de renda fora da propriedade
- () Mudar-se para a cidade
- () Outros

11.5 - O que falta pra que isso aconteça?

11.6 – Quais as principais mudanças que houve após a família ter vindo para o assentamento?

Na propriedade: _____

Na produção: _____

Na família: _____

Na Vida comunitária: _____

11.7. O que você leva em consideração nas atividades que realiza?

- () Menor penosidade de trabalho
- () Maior Renda
- () Por gostar da atividade
- () Por influencia dos técnicos
- () Por facilidade de crédito

- () Tipo de solo ou relevo da propriedade
- () Facilidade de comercialização
- () Outros

11.8. O que você leva em consideração quando define a forma de realizar as atividades?

- () Menor penosidade de trabalho
- () Influencia da assistência técnica
- () Tradição da família
- () Influencia dos vizinhos
- () Outros

11.9. A assistência Técnica influenciou na forma como é realizada a produção?

11.10. As mudanças que ocorreram no seu sistema de produção influenciaram nas relações com os vizinhos, a comunidade e amigos?

11.11. Quais são suas perspectivas com relação ao seu futuro e de sua família?
